



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1742/09	DATA: 09/10/2009
INÍCIO: 9h52min	TÉRMINO: 14h05min	DURAÇÃO: 4h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h13min	PÁGINAS: 90	QUARTOS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALBA MARIA ZALUAR - Antropóloga da Universidade Estadual do Rio de Janeiro — UERJ.  
ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Coordenador da Organização Não-Governamental Viva Rio.  
LUÍS EDUARDO SOARES - Ex-Secretário Nacional de Segurança Pública.

SUMÁRIO: Debate sobre os métodos de prevenção à violência urbana e a necessidade de reformas institucionais com vistas à eficácia no seu combate.

OBSERVAÇÕES

Diligência realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.  
Há falhas na gravação.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há palavra ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Bom dia a todos.

Informo que a Dra. Julita Lemgruber não pôde comparecer por motivos pessoais: neste exato momento — informou-me o Dr. Luiz Eduardo Soares — um neto seu, o que é motivo de muita alegria, está vindo ao mundo. Portanto, é um motivo mais do que suficiente para que ela tenha a sua dispensa efetivamente aceita.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da diligência designada para o Estado Rio de Janeiro nos dias 8 e 9 de outubro de 2009.

Ordem do dia.

Esta reunião tem por finalidade debater com os Srs. Luiz Eduardo Soares, Antônio Rangel Bandeira e Dra. Alba Maria Zaluar os métodos de prevenção à violência urbana e a necessidade de reformas institucionais com vistas à eficácia no seu combate. Esse é apenas um nome para aquilo que andamos conversando.

Como colocamos para os senhores, nós estamos buscando constituir um foco para esta CPI, o que é duplamente interessante. De um lado, nós estamos vivendo uma fase diagnóstica, porque, como eu disse, esta é uma CPI genérica, mas ela não pode abarcar o mundo, até porque não tem tempo nem recursos para isso; de outra parte, é também muito interessante porque ela evita o que já vi acontecer em outras CPIs, que é um pouco como sair sendo tangido ou puxado pelas circunstâncias: um problema no Estado tal, na penitenciária tal, um crime de grande repercussão que acontece lá adiante, um depoimento que é muito importante — isso, muitas vezes, prejudica o resultado final da CPI.

Então, a nossa expectativa é a de constituirmos um objeto ou foco, seja como for, e que daqui possamos tirar um roteiro seguro, porque uma CPI como esta dura, em média, de 8 meses a um ano.

Lembro também uma coisa muito importante: quando esta CPI terminar, vamos estar, possivelmente, no auge do processo de sucessão presidencial. Então, esta CPI poderá agregar — esperamos — uma valiosa contribuição para o debate, não só presidencial, embora não seja essa a nossa preocupação nem esteja ela no objeto, mas também dos Governos Estaduais.

Esta CPI vai ao conhecimento, aliás, tudo o que aqui está sendo dito vai ao conhecimento, evidentemente, dos demais membros da Comissão, e vai também à



Câmara, vai ao Congresso e à opinião pública. Tudo isso aqui, que inclusive está sendo gravado, será replicado na TV Câmara, que hoje tem nacionalmente uma boa audiência, e, depois, vamos imprimir e distribuir todo esse resultado. Quer dizer, há uma impressão, que é feita do lado de lá, e esperamos alcançar um público bastante amplo.

Portanto, a contribuição dos senhores é muitíssima bem-vinda.

Em nome de todos, agradeço aos convidados a presença e convido para abrir nossos trabalhos a Profa. Alba Zaluar.

Esclareço que os Parlamentares aqui presentes, nos termos do art. 256, § 5º, do Regimento Interno, terão o tempo de 5 minutos para perguntas, dispondo o interpelado de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Solicito aos Parlamentares que queiram participar dos debates com os convidados que façam suas inscrições junto à Mesa. Esclareço à Sra. Expositora, aos Srs. Parlamentares e aos Srs. Expositores que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem próximo ao microfone, que sempre procurem falar próximo ao microfone, para não perdermos nada.

Esclareço também que os expositores, ou seja, que durante a exposição, a Profa. Alba e os Srs. Rangel e Luiz não poderão ser interpelados. Quer dizer, a regra — e, evidentemente, aqui e ali surge uma pergunta ou pedido de esclarecimento — é não interromper.

Antes de passar a palavra para a primeira expositora, Dra. Alba Zaluar, quero dizer que S.Sa. dispõe de 20 minutos, mas isso é pró-forma. Pode usar o tempo que quiser, o tempo que julgar necessário. Nós temos de aqui dizer o vade-mécum todo. Mas fique inteiramente à vontade, e o que vou dizer agora se estende aos Srs. Luiz e Rangel: muitíssimo obrigado pelo atendimento ao convite. Estou muito agradecido pela presença, e espero que, com base na sua vasta experiência e conhecimento, V.Sa. nos dê uma ajuda para que possamos construir uma boa CPI e encontrar não só diagnóstico, mas também respostas para esse problema que aflige hoje o Brasil inteiro, e não apenas o Rio de Janeiro. Muito obrigado.

Com a palavra a Profa. Alba Zaluar.



**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Eu não sabia que eu ia falar durante 20 minutos e, muito menos, que eu ia abrir os trabalhos. De modo que vou fazer aqui uma coisa de improviso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Profa. Alba, são 20 minutos. Não se preocupe com isso. Apenas dizemos o tempo regimental. Se falar meia hora, é meia hora, se falar menos, não tem problema. Fique à vontade. Esqueça os 20 minutos.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Pois então. O que eu queria deixar claro é que vou fazer aqui uma apresentação de improviso, embora eu tenha várias apresentações no meu computador, inclusive em *PowerPoint* que poderia ter aproveitado. Mas, como é uma coisa mais genérica, e essa generalidade tem vários temas incluídos, vários problemas sérios que afetam profundamente a população, principalmente os moradores das cidades brasileiras hoje, vou aceitar o desafio e tentar resumir uma discussão que temos levado adiante nos últimos 30 anos, não é Luiz Eduardo?

A questão é muito complexa, é impossível falar de causas diretas, imediatas, e, portanto, encontrar soluções mágicas, simples. Mas, para se ter uma idéia, eu diria que nós temos, do ponto de vista teórico, de enfrentar questões relativas à violência comum, do criminoso, do bandido comum que age dentro da cidade; temos de enfrentar também a violência institucional, aquela que é praticada nos abusos do uso da força por agentes do Estado, especialmente policiais, e, especialmente entre os policiais, os policiais militares, mas não só. (*Falha na gravação*) e aquilo que alguns colegas chamam de “justiça popular” ou “justiciamento”, que, na verdade, são várias formas de reação popular à questão do aumento da criminalidade urbana e que vem a desembocar nessas ações de fúria contra um suspeito de ter cometido alguma ação extremamente condenada do ponto de vista moral por vizinhos, parentes etc., que tomam a Justiça pelas próprias mãos, o que vem a se chamar popularmente de “linchamento”, mas que pode vir a assumir outras formas em grupo de extermínio, em milícias, como aqui no Rio de Janeiro são atualmente chamadas as formas paraestatais de resolver a questão da segurança.

Tudo isso nos revela que, de fato, temos um aumento da violência urbana, em termos de taxas de crimes cometidos dentro da cidade. Temos também essas



formas de fazer justiça pelas próprias mãos, que aumentaram durante todo esse período e que são um problema sério que tem de ser enfrentado. E, por fim, a questão da violência institucional, da violência do abuso do uso da força, que também revela problemas na construção democrática da questão da segurança pública. Todos eles, na verdade, apontam para uma mesma questão: como estão sendo montados os projetos de segurança, os projetos estratégicos de segurança pública para lidar com todas essas questões, porque é preciso lidar com essas 3 questões, que são as principais.

Eu tenho me preocupado muito mais com a primeira questão, a da criminalidade urbana. Não que eu a considere a questão maior, mas porque essas 3 estão entrelaçadas. É impossível separá-las totalmente. Por conta das pesquisas que fiz ao longo de 30 anos, acabei me concentrando muito mais na violência associada ao tráfico de drogas, que se tornou exemplar, digamos, no Rio de Janeiro, por causa da sua visibilidade, por causa da presença das favelas muito próximas das áreas mais populosas, das áreas onde vivem os ricos também. Então, essa visibilidade fez do Rio de Janeiro um caso exemplar, no que se refere ao aumento da violência atrelado ao tráfico de drogas.

De fato, minha contribuição aqui seria muito mais nessa área, porque as pesquisas que eu tenho feito revelam que nós temos um problema na construção, digamos, da identidade masculina entre os jovens que moram nessas áreas mais afetadas pela presença armada de traficantes de drogas. Essa construção da identidade masculina se dá por um fenômeno que outros sociólogos chamam de “hipermasculinidade” ou de “ethos guerreiro”, que é uma masculinidade exacerbada, uma masculinidade que retira o seu orgulho, o orgulho de ser homem, pelo uso da força e, principalmente, o uso da força derivado da arma de fogo.

Nós temos, então, uma questão crucial, que é a arma de fogo. Eu diria que essa é uma questão — e, aí, eu corroboro inteiramente todos os estudos feitos lá no Viva Rio, de que o Rangel tem participado bastante. A arma de fogo é um problema muito mais sério do que a própria droga ilegal. É a arma de fogo que está fazendo com que essa síndrome, essa configuração se solidifique e apresente tantos problemas para a juventude, especialmente a juventude pobre, que vive todas as atrações, seduções etc., e essa ilusão de um poder que advém da posse, do uso da



arma de fogo para impor respeito, para conseguir obter as coisas que considera importantes na vida, mas, principalmente, para obter prestígio, poder e dinheiro, o que eles chamam de dinheiro fácil.

Então, o como dismantelar esse nó, no meu entender, começa pela necessidade de concentrar a investigação sobre aqueles que levam as armas e as munições para os traficantes de drogas. E não é só no Rio de Janeiro que isso acontece. Acontece em quase todas as cidades brasileiras, que hoje apresentam tráfico de drogas violento, extremamente bem armado e que tem de ser sustentado enquanto tal.

A política de confronto que foi levada adiante nestes últimos 30 anos revelou que não é, em absoluto, eficaz, não conseguiu resolver o problema. Então, nós temos de pensar em como usar a capacidade investigativa da Polícia para dismantelar essas redes de traficante de armas e de munições, que são muito bem constituídas e muito pouco investigadas. Temos muito mais investigação sobre o tráfico de drogas do que sobre o tráfico de armas, e esse é um problema que eu considero importante para nos ajudar a dismantelar. Obviamente que também a política de prevenção — eu sou da área da saúde pública, mais do que da segurança pública, portanto, eu trabalho muito mais com essa ideia da prevenção. E toda a política de prevenção da violência tem de focar o jovem, especialmente o jovem do sexo masculino, porque ele é o mais afetado, e o jovem do sexo masculino que vive nas áreas mais violentas da cidade. No caso do Rio de Janeiro, é a AP1 e a AP3. É a Área de Planejamento 1 e a Área de Planejamento 3, o centro da cidade, as primeiras favelas, a área onde nasceu a cultura popular carioca — o samba, o choro — e que depois foi se disseminando ainda no início do século XX...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Doutora, só para entendermos: essas favelas a que a senhora se refere, quais são, assim, algumas, para nós nos localizarmos?

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Providência, Morro da Providência, que deu origem, aliás, ao termo favela e que está aqui bem perto; na área portuária. A área portuária é uma das áreas problemáticas da cidade, mas tem também nessa... Na P1 estão também incluídos Santa Teresa e São Cristóvão, que são também áreas em que há muitas favelas dominadas por traficantes muito bem armados. E a AP3 é



para onde foi empurrada a população mais pobre da cidade, com o desmantelamento das habitações populares no Centro, pela política de saneamento da cidade. Eles foram empurrados para a AP3.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - AP3, onde é?

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - É o subúrbio. São os subúrbios cariocas. A partir de São Cristóvão para lá.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - São Cristóvão, para lá.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Na direção da Leopoldina, da Linha do Central do Brasil, há, então, os subúrbios, que é a área de maior densidade populacional, a área também onde se desenvolveu, durante o século XX, a cultura popular carioca das escolas de samba, dessa sociabilidade simpática, agradável etc.. Está todo mundo festejando a vitória de sediar os Jogos Olímpicos, mas esquecendo que essa área, a AP3, está abandonada. E, pelo jeito, vai continuar abandonada, porque não vi nada no projeto dos Jogos Olímpicos que favorecesse e revitalizasse os subúrbios cariocas. Eles estão extremamente degradados, injustamente degradados, porque esse espírito carioca vem dali.

A zona portuária ainda está sendo objeto de consideração, mas eu diria que, no caso do Rio de Janeiro, uma consideração maior com os problemas graves enfrentados pela AP3 deveria ser concretizada. Como eu estava dizendo, é a área de maior densidade populacional. E nós sabemos que a densidade populacional explica, em grande medida, os problemas de violência urbana e também da instabilidade residencial e da heterogeneidade, porque, com a imigração que ocorreu durante várias décadas do século XX e continua ocorrendo — aliás, aumentou recentemente, segundo a última PNAD —, nós temos levas de imigrantes vindos de outros Estados, que não têm, enfim, não participam das mesmas redes. Isso, evidentemente também, precisa ser pensado em termos de um projeto urbano que permita uma convivência mais democrática dessas populações heterogêneas dentro do mesmo espaço. Não é acabar com a imigração, evidentemente, porque, aliás, não acabaria. Não temos como. Mas, sim, proporcionar essa convivência democrática dentro de um espaço que se torna cada vez menor para comportar tanta gente.



Houve um aumento. Cinquenta por cento da população favelada do Rio de Janeiro está concentrada nessa área, na Área de Planejamento 3. Isso também tem de ser considerado. O que podemos fazer para aliviar o sofrimento dessa população que está morando nessas condições muito difíceis? Mais difíceis ainda pelo fato de que estão sendo dominadas por traficantes muito bem armados ao longo das favelas, mais junto à Avenida Brasil, à Baía da Guanabara, ao porto e ao aeroporto, que são coisas importantes nesse fluxo de armas e de drogas. Essa localização geográfica é extremamente importante para explicar por que se concentraram as favelas dominadas por traficantes nessas áreas que mencionei: AP1 e AP3.

Então, no meu ponto de vista, essa concepção estratégica de como funciona cidade e onde estão os maiores problemas de segurança tem de considerar essas questões que mencionei, da localização geográfica, da densidade demográfica, da heterogeneidade e instabilidade residenciais, que, segundo sociólogos de várias partes do mundo, explicariam 70% dos crimes cometidos nessas áreas. Para isso, seria muito interessante que passasse a funcionar algo que o Luiz Eduardo e, na época, a Profa. Jacqueline Muniz, inventaram para a cidade do Rio de Janeiro, que foram as Áreas Integradas de Segurança Pública — AISPs, que não funcionam, não se sabe muito por quê. Mas eu desconfio que seja pelo fato de que não há integração, o que é absolutamente necessário, entre a polícia investigativa, que é a Polícia Civil, e a Polícia Militar, que faz o policiamento ostensivo.

Então, são questões que têm de ser pensadas dessa maneira. Tem de ser pensado também como dar poder e fazer reviver essa capacidade associativa que as populações, aliás, não só a do Rio de Janeiro, mas de muitas cidades brasileiras, têm demonstrado ao longo da sua história. No Rio de Janeiro, qualquer bairrozinho do subúrbio tem escola de samba. Se não tem escola de samba, tem um bloco de carnaval, tem vários timinhos de futebol, do mesmo tipo do daquele em que o Romário aprendeu o seu futebol. O Romário, o Adriano, o Ronaldo, todos eles aprenderam a jogar futebol nesses timinhos que existem por aí. Então, essa capacidade associativa é importantíssima no controle informal da criminalidade, o que vai justamente evitar que jovens sejam ganhos para essa tal da hipermasculinidade que os faz, por fim, escolher andar armados e ingressar na carreira criminosa.





Acho que fico por aqui. Não sei se falei no tempo dos 20 minutos. Se V.Exas. quiserem que eu fale mais, eu falarei. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu queria que a senhora falasse um pouquinho sobre as milícias.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Ah, sim!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Sobre milícias e sobre drogas também especificamente.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Está bem.

Sobre as milícias. As milícias constituem um fenômeno extremamente enganador. Por quê? Porque, de fato, nós sempre tivemos grupo de extermínio pelo Brasil afora. Não vou discutir aqui onde começou a aparecer esse fenômeno do grupo de extermínio. Na verdade, existe no Brasil inteiro grupo de extermínio, por causa justamente dessa necessidade de uma resposta. Na verdade, chamamos muito mais de uma reação do medo da população diante desse aumento da criminalidade violenta. A população encontra como resposta várias coisas, uma é o linchamento, outra é procurar apoio naqueles que se apresentam como justiceiros, os que vão fazer justiça, os que vão pegar uma arma e matar o bandido em nome da população local.

No caso específico do Rio de Janeiro, tínhamos grupos de extermínio muito claramente formados na Baixada Fluminense, onde havia também muito imigrantes que não participavam dessa vida associativa rica que se encontrava no subúrbio, mas que permitiram, por uma série de razões, que favelas fossem dominadas por traficantes justamente nessa área, mas, por uma razão que, no meu entender, ainda está misteriosa e que mereceria uma investigação, esses grupos de extermínio, que eram formados, digamos, por pessoas comuns, civis, passaram a ser constituídos com auxílio, às vezes, de policiais militares, ex-militares, e passaram a ser constituídas especificamente por militares, policiais militares, bombeiros militares, agentes penitenciários também, que não são militares, mas participam dessa estrutura toda de repressão ao crime, e ex-militares.

Essa ideia da milícia começou a surgir com mais clareza na Favela Rio das Pedras, que é uma favela de origem nordestina. Existe até um ônibus que sai da Favela Rio das Pedras direto para a Paraíba, trazendo e levando os migrantes. Mas



ali havia inicialmente uma forte associação de moradores, que baseava o controle daquele território num grupo de extermínio, que não deixava entrar traficante de droga, assaltante etc., que controlava e que era muito eficaz nisso, nesse controle, justamente porque não tinha que usar o sistema legal, que precisa de tempo, que dá oportunidade de o acusado se defender etc. e simplesmente executava ou amedrontava e expulsava o morador que começasse a não seguir as regras impostas àquela população. Mas, no início do século XXI, isso começou a mudar um pouco por causa da descoberta que fizeram de que havia uma possibilidade eleitoral de se eleger Vereadores e Deputados com base nessa associação de moradores e na constituição da segurança feita dessa maneira.

A partir daí, há uma disseminação muito clara — e tenho até todos os mapas, se V.Exas. quiserem, depois, ver — das milícias que começaram em Rio das Pedras e, em algumas poucas favelas da AP5, elas começam a se disseminar com uma rapidez enorme, porque já não se tratava apenas de combater assaltantes e traficantes que porventura fossem para esses locais, essas favelas, mas também com essa possibilidade de vir a conquistar um lugar na estrutura de poder da cidade, provavelmente do Estado também, porque isso deve estar acontecendo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro também.

E, aí, houve uma outra mudança nessa relação entre milícia — continua sendo grupo de extermínio, mas agora chamado de milícia — e a população local, porque, nessa expansão, muitas vezes, não partia da população local o pedido de atuação desses justiceiros, nem muito menos o apoio a eles. Muitas vezes, simplesmente, as favelas foram ocupadas militarmente por milicianos, com a expulsão de traficantes, com a compra ... (*Risos.*) Há caso de favela vendida pela Associação de Moradores, houve caso de favela vendida por traficante, houve caso de... enfim, um monte de casos. O que acontece é que, hoje, a milícia, pelos nossos dados — e nós fizemos esse levantamento até maio deste ano —, em maio de 2009, já controlavam e dominavam mais favelas do que o Comando Vermelho na cidade do Rio de Janeiro.

Sobre a questão das drogas, então, eu diria que grande parte dos problemas que nós enfrentamos da violência urbana derivam da proibição e da guerra às drogas, porque a guerra às drogas fez com que o tráfico se tornasse extremamente



lucrativo, porque a proibição tem esse efeito, faz com que a droga suba de preço no mercado e se torne um empreendimento muito lucrativo. Isso está em todos os estudos, feitos inclusive pela Organização RAND, que trabalha para o Departamento de Estado dos Estados Unidos. Não resta a menor dúvida de que é extremamente lucrativo. Por causa disso é também extremamente corruptor. E, porque é extremamente lucrativo, a droga passa, pelo menos a cocaína, passa a valer mais do que ouro. Então, essa droga, esse bem que eles negociam, precisa ser protegida. Daí o aumento do armamento, na lógica mesmo da guerra, porque não é nem para usar as armas, é para amedrontar os adversários, os competidores. Então, os traficantes de uma favela que pertence a um determinado comando se armam muito para que outros traficantes de outros comandos e até mesmo outros traficantes do mesmo comando não irem lá tomar a sua “boca”, que é extremamente lucrativa.

Então, do mesmo modo que há uma corrida armamentista em termos mundiais, há também uma corrida armamentista entre traficantes, e é isso que provoca esse aumento brutal, que aconteceu no Brasil, de homicídios cometidos com armas de fogo, tentativas de homicídio etc. E é por isso que eu acho que a questão central é essa, e é isso que temos de atacar com mais urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Dra. Alba Zaluar, pela contribuição. Vamos voltar... Eu, pelo menos, tenho várias questões.

Mas vamos passar a palavra agora ao Dr. Antônio Rangel, Coordenador da ONG Viva Rio, que nós vamos visitar hoje de tarde.

Gostaria de registrar a presença aqui, para a nossa alegria, do Deputado Gilberto...?

**O SR. GILBERTO PALMARES** - Palmares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Ah! O senhor também é alagoano? Quer dizer que a bancada alagoana está bem aqui, não é?

S.Exa. foi o Relator de uma importante CPI desenvolvida por esta Casa, a CPI da Milícias, aqui do Rio de Janeiro, que teve como Presidente o Deputado Marcelo Freixo, que não está aqui conosco. Seja muito bem-vindo, Deputado.

Com a palavra o Dr. Antônio Rangel.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Muito obrigado pelo convite ao Viva Rio.



Queria saudar os Deputados Raul Jungmann e Paulo Pimenta, que tiveram uma extraordinária importância como Relatores da CPI das Armas. Se 10% das propostas da CPI tivessem sido implementadas pelas autoridades, o Brasil já teria avançado muito em relação ao controle da violência urbana. Espero que esta CPI tenha melhor sorte, não na apuração, porque a CPI das Armas fez realmente um extraordinário levantamento da situação no País, mas que realmente as autoridades se movam no cumprimento das propostas e sugestões.

Seria mais fácil eu fazer uma exposição sistematizada, mas seria menos útil. Então, vou fazer alguns comentários meio anárquicos, mas mais provocativos, que me parecem mais úteis, já que, pelo que fomos informados, a CPI está em uma fase ainda de diagnóstico, de conceituação, buscando enfocar, como disse a Dra. Alba Zaluar, esse problema complexíssimo, que é o problema da violência urbana. E quem não o entende como problema complexo e busca soluções únicas, tipo pena de morte, tipo redução da idade penal, realmente ou não entende do assunto ou está evadido de má-fé.

Então, eu vou fazer alguns comentários breves, começando pela minha área de especialização, que é a questão do controle de armas, que me parecem aspectos importantes a serem considerados, talvez mais que os outros, quando se trata de violência urbana no Brasil.

O primeiro aspecto importante — e isso foi muito levantado pela própria CPI das Armas, da qual os senhores foram Relatores — é que se fala muito em controle de fronteira das armas que nos chegam, no entanto, 86% das armas apreendidas com os bandidos no Brasil são armas brasileiras. Então, grande parte do problema está aqui dentro. E esse problema persiste por quê? Pela ineficiência no controle dos caminhos das armas quando elas saem das fábricas brasileiras. É um problema que persiste, o desvio de armas. E são armas que, muitas vezes, simulam serem exportadas e, de fato, elas são vendidas internamente para o crime organizado no Brasil.

Então, isso me parece um aspecto importante porque o que caracteriza a violência brasileira, diferentemente de outros países, é que é uma violência letal. A violência brasileira mata, ao contrário da violência urbana na maioria dos países. E



mata porque nós temos uma abundância de armas e munições, em sua maioria, brasileiras.

Outro aspecto fundamental é o papel que jogam as empresas de segurança privada. Como republicano, tenho uma grande antipatia pela segurança privada, isto é, tem segurança quem paga. A República prevê que o Estado deve proteger a todos, mas é um mal que está aí para ficar. No mundo inteiro as empresas de segurança privada são um fenômeno crescente e perturbador. No Brasil temos mais de 1 milhão de agentes de segurança privada. Temos mais de 3 mil empresas de segurança privada legalizadas. Temos mais do que o dobro de empresas ilegais. Uma CPI desta Assembleia, em 1996, apurou o desvio de mais de 13 mil armas das empresas de segurança privada do Rio para a clandestinidade. Então, o envolvimento de empresas de segurança privada com a criminalidade, o armamento que vai dessas empresas, que podem comprar em abundância esse armamento, que não é controlado, enfim, as empresas no Brasil são muito mal controladas.

O Deputado é do Estado de Pernambuco, segundo a Polícia Federal, o Estado em que a situação é pior do ponto de vista das empresas de segurança privada. E o Rio também não fica muito bem na fotografia.

Então, o que temos em termos de empresas de segurança privada? Temos de ter um maior controle. Esse controle não é exercido e há diagnósticos muito precisos sobre o porquê não são controladas as empresas de segurança privada. Nós não temos tempo para aprofundar isso.

Outra coisa que torna essa iniciativa privada na área de segurança um fator de complicação, e não de soma de esforços, é que não há articulação alguma entre as empresas de segurança privada e a segurança pública. Isto é, ela tem de ser subordinada à segurança pública e deve se articular como um fator de complementação. No entanto, essas empresas agem de forma absolutamente autônoma e, muitas vezes, até em contradição com a política de segurança pública. Então, chamo a atenção porque não é um problema brasileiro, é um problema internacional. Mas o que nos caracteriza é a falta de estudos e de importância que se dá ao papel das empresas de segurança privada na alimentação, na exacerbação da criminalidade.



E uma das razões é que o *lobby* dessas empresas no Congresso Nacional é fortíssimo. É uma indústria altamente lucrativa, e o envolvimento de autoridades públicas e até mesmo de representantes da população — Parlamentares — com empresas de segurança privada é enorme. Portanto, temos aí realmente um universo secreto e que exige maior transparência e enfrentamento.

Outro aspecto importante que me parece é que o controle de armas deixou de ser uma prioridade das autoridades públicas. Houve um momento em que, por pressão popular, chegamos a ter uma campanha de entrega voluntária de armas que recolheu meio milhão de armas no País. Chegamos a ter um estatuto que proibiu o porte de arma. Essas duas medidas somadas levaram à redução de mais de 8% nos homicídios por arma de fogo no País nos últimos 5 anos. Se tomamos a curva progressiva dos homicídios por arma de fogo no Brasil essa redução chega a 18%. Então, de fato houve um momento importante.

Agora, as prioridades são outras. E vemos isso, inclusive, no não cumprimento das recomendações das CPIs das Armas. Vou apenas dar 2 exemplos, já que o tempo é escasso. Nós apuramos que no Rio de Janeiro apenas 8 lojas de armas respondiam por 68% das armas de (*falha na gravação.*). Isso foi entregue pela CPI das Armas às autoridades, e nada se fez. Essas lojas, no eixo Rio/São Paulo, continuam a comercializar armas. Não houve investigação sobre se foram esses comerciantes que venderam as armas para os bandidos. Não se investigou isso. Essas armas foram vendidas às pessoas físicas, que por sua vez... ou foram furtadas, ou revenderam esse armamento? Enfim, não houve seguimento no rastreamento das armas. Isto é, o mais difícil nós fizemos, como assessores que fomos da CPI das Armas. Apontamos até de onde vinham as armas compradas das indústrias brasileiras. Entregamos a bandeja para as autoridades — no caso, Polícia Federal, Exército etc. —, e não se deu continuidade. Isto é, continua sangrando, continua havendo um despejo de armas, porque o canal, apesar de exposto, não foi aprofundado.

Uma outra indicação da CPI que não foi levada em conta foi que, depois de analisar 3.657 armas norte-americanas apreendidas com a bandidagem no Rio de Janeiro, através do Itamaraty, que atendeu à solicitação da CPI das Armas, as autoridades norte-americanas rastream essas armas e chegaram a identificar o



comprador de 856 dessas armas. As conclusões foram as seguintes: 76% dessas armas eram de uso restrito, isto é, proibido para civis, do ponto de vista da legislação brasileira — nos Estados Unidos você compra fuzil nas lojas; 23% eram fuzis das Forças Armadas norte-americanas, da Guerra do Iraque; e 43% dessas armas foram compradas por brasileiros residentes na Flórida, isto é, residentes brasileiros que compraram essas armas de guerra na Flórida. Até aí chegaram as investigações norte-americanas.

E o que fizeram as autoridades brasileiras para apurar como essas armas chegaram de lá para cá? Vieram de navio? Vieram de avião? Foram turistas que trouxeram? Isto é, não houve o término do rastreamento. Quer dizer, é algo até mesmo angustiante. Quer dizer, o mais difícil é feito. Caberia às autoridades brasileiras dar o passo final para expor uma das principais rotas de venda de armas estrangeiras, porque as armas norte-americanas são de longe as armas que mais chegam do exterior para o Brasil.

Estou dando um exemplo do descaso das autoridades brasileiras, que não dão prioridade ao controle de armas. O Viva Rio aparece muito criticado, como estando apenas preocupado em convencer o cidadão a não usar arma. Esquecem que o nosso maior esforço é para ajudar as autoridades a desvendarem como as armas armam o braço do crime organizado. Esse é o nosso maior esforço, o que mais consome nossas energias. E nós entregamos essas informações. A CPI entregou-as oficialmente às autoridades brasileiras, e nada foi feito.

Vou apenas, agora, apontar alguns outros aspectos que me parecem relevantes no nosso debate.

É conhecida a frase do estadista francês de que as guerras são demasiadamente importantes para ficarem sob a responsabilidade apenas dos militares. Essa frase é muito conhecida, e é muito fácil de entender. A guerra é um fenômeno complexo, não é apenas um embate entre 2 forças. A guerra é um grande negócio. Isso é fácil de entender. No entanto, no Brasil, dada a nossa tradição autoritária, ainda se pensa que a segurança pública é uma questão que deve ficar restrita à decisão de policiais e de militares — incluindo aí, inclusive, o controle de armas. Não é nenhum desmerecimento da importância do policial, da importância do



militar, mas o fenômeno da violência é algo que extrapola, e muito, a questão policial.

A Alba, que me antecedeu, mostrou os aspectos do comércio de drogas, que é um grande negócio. É um fenômeno complexo a lavagem de dinheiro. E aí eu toco num outro ponto: a droga tem de deixar de ser vista apenas como algo que contamina o Estado; a corrupção, como algo que contamina o Estado. Não. Ela é parte das estruturas públicas estatais do Brasil. O crime organizado não é algo que afeta, que contamina. Ele é uma parte fundamental da nossa economia; não tanto quanto na Colômbia, mas muito. Para se lavar a quantidade de dinheiro que circula na droga, isso é parte do sistema bancário, isso é parte da economia do País. Então, temos de ver não só a questão da droga, mas a questão do crime organizado, não como algo que contamina o Estado, mas como algo que é parte do Estado, faz parte do sistema. Daí a dificuldade de ser enfrentado. Isto é, os apoios internos, a cumplicidade, mais do que a cumplicidade, muitos comandos dessas atividades estão dentro do próprio Estado. É parte das estruturas estatais. Então, essa visão é uma visão polêmica. É preciso ter coragem para enfrentar isso. É muito mais fácil nós darmos uma de vestal, como se o Estado estivesse sendo contaminado. Não. É muito pior que isso.

Eu digo isso porque há muita resistência nas polícias brasileiras, por exemplo, quando especialistas em segurança pública querem contribuir para buscar o diagnóstico e apontar as soluções da questão do crime organizado.

Há resistência, por exemplo, ao controle externo da polícia, sem o qual nós não vamos a lugar algum. Nós trouxemos ao Brasil... Aliás, o Luís Eduardo Soares vai falar depois de mim. Quando o Secretário Nacional do Ministério da Justiça trouxe ao Brasil a ouvidora da polícia da Irlanda, que assumiu — um mulher nomeada pela Rainha, com plenos poderes — e foi muito mal recebida por uma polícia que, em função da guerra religiosa daquele país, havia se tornado extremamente corrupta e violenta (2 características da nossa polícia). E foi essa força externa, com grande autonomia, com grande poder de investigação, quase ilimitado, que realmente conseguiu desnudar as estruturas de corrupção e, de fato, apontar soluções para a reforma da polícia da Irlanda.





Então, eu diria que essa resistência ao controle externo é o maior obstáculo à reforma da polícia. Isso vem exatamente dessa tradição autoritária, porque o processo de democratização no Brasil não teve grande influência nas Forças Armadas nem nas forças de segurança pública no Brasil. O processo de democratização atingiu muito pouco essas 2 instituições. Quer dizer, a doutrina, o treinamento, o enfoque, o seu papel na sociedade não mudaram muito, desde os 21 anos de ditadura para cá. Mudou a aparência, mas o *modus operandi*, a mentalidade, o treinamento continuam o mesmo. Então, esse é um outro aspecto relevante. Há muita resistência à reforma dessas instituições exatamente porque foram instituições que, pelo poder que ainda mantêm, foram pouco tocadas pelo processo de democratização. Então, por exemplo, as Forças Armadas resistem a transferir para a Polícia Federal o controle das armas, como se nós ainda tivéssemos como problema prioritário a guerra, quando nosso problema prioritário é o crime organizado, não é?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Esse é um dos aspectos que mais dificultam a questão do rastreamento.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Exatamente. O Deputado sabe como as Forças Armadas resistem, por exemplo, a abrir as informações do banco de dados de armas das Forças Armadas, que é o SIGMA, para que as armas desviadas de vários setores sejam investigadas pela Polícia Federal.

Então, o que o SIGMA tem? Primeiro, só tem armas do Exército. Deveria ter aí registradas as armas das 3 Forças. Mas a Marinha e a Aeronáutica, por corporativismo, não se submetem à tutela do Exército. Então, não há informações sobre armas da Marinha e da Aeronáutica no banco de dados das Forças Armadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Esclareço que não são armas pesadas. São armas leves que contam no SIGMA.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - São as 2 coisas: as armas oficiais das Forças Armadas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Canhões, blindados, tanques estão dentro do SIGMA?

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Não, não. São armas leves. Mas temos as armas dessas Forças que são, cada vez mais, roubadas nos quartéis. E



cabe à Polícia Federal investigar. Não pode, porque não tem a informação, porque o Exército se recusa a informar à Polícia Federal, para ela fazer o seu trabalho.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor me permite, Dr. Rangel, até para colaborar com o seu raciocínio?

Houve uma oportunidade em que nós identificamos, com o auxílio dos senhores, com larga medida, primeiro, uma associação muito próxima entre a indústria da arma e esse mecanismo que está na mão do Exército, que trata isso como um segredo de mercado. Então, alegam a impossibilidade de informar exportações, coisa do gênero, porque isso poderia afetar a participação do Brasil, da indústria brasileira no mercado mundial de armas. Segundo, resistiram, de todas as formas, à introdução de qualquer inovação tecnológica capaz de criar novos mecanismos que pudessem auxiliar o processo de rastreamento. Então, nada há além de uma numeração externa, quando há vários mecanismo que poderiam ser introduzidos, que permitem esse rastreamento.

Mas, só para colaborar, o que ocorre? Se eu não estou enganado, Dr. Rangel, a arma adquirida pelas Polícias Militares e Civas não vai para o SINARM. Ela vai para o SIGMA.

Então, aqui no Rio de Janeiro, eu não sei como é hoje, mas eu me recordo de que cada policial tinha o direito de comprar, se eu não estou enganado, 3 armas a cada 2 anos. Três armas a cada 2 anos. E essas armas não vão para o SINARM. O SINARM é um sistema que... seria uma espécie de INFOSEG das armas — a Polícia Federal e as Polícias Civas e Militares têm acesso, quando rastreiam. O SIGMA fica sob o controle do Exército. Mas as armas compradas pelas Polícias Civas e Militares não são lançadas no SINARM. Elas são lançadas no SIGMA. Portanto, se nós multiplicarmos o número de armas que podem ser compradas por cada policial, isso dá um volume extraordinário de armas que, quando apreendidas, a polícia não consegue rastrear, porque essa informação está na mão do Exército, que não abre, sob a alegação de que isso estaria interferindo em interesses de mercado no País.

Então, realmente, nós mexemos muito nesse assunto. Tentamos de todas as formas mudar essa estrutura de controle, mas não tivemos êxito como gostaríamos.

Desculpe-me ter interrompido o seu raciocínio, Dr. Rangel.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Uma rápida notícia antes de voltar a palavra ao Antônio Rangel. Acabou de chegar a informação de que o Presidente Barack Obama acaba de ser contemplado com o Nobel da Paz pelo desarmamento, pela sua proposta de desarmamento. Evidentemente que aqui devem estar falando de desarmamento nuclear. Mas, de todo jeito, é uma boa notícia a esse respeito.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Eu é que agradeço ao Deputado, porque essa medida que permite aos policiais comprarem 3 armas a cada 2 anos e uma quantidade enorme de munição diretamente da fábrica, a preço de custo... O que um militar ou um policial que ganha pouco vai fazer com armas novas, compradas a preço de fábrica? O que vai fazer com quilos de munição e pólvora que ele pode comprar? Isso é um decreto da ditadura que escandalosamente está aí. E uma pesquisa feita a pedido dos senhores da CPI, pelo nosso saudoso Pablo Dreyfus, revelou que grande parte das armas apreendidas na criminalidade, no Rio, são essas armas vendidas pelos fabricantes dentro dos quartéis. Eles vêm ao Rio, vêm às delegacias, aos quartéis e ali negociam a venda dessas armas.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Posso acrescentar uma coisa? Desde 1980, quando comecei a fazer pesquisa em Cidade de Deus, eu ouço a frase: "*Quem traz a arma é a polícia, não é do traficante*". Todos os moradores das favelas que eu pesquisei dizem a mesma coisa.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Quer dizer, a arma é vendida dentro do quartel, dentro da delegacia pelo fabricante brasileiro ao policial, que vai e revende a arma para a bandidagem. Essas armas... Tem razão o Deputado. As informações sobre elas estão apenas nas mãos do Exército, que não tem poder para fazer investigação e rastreamento. Nem o faz. Não é de sua competência.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Se é para aprender história, no geral, o representante comercial que lida com as indústrias de armas, mais precisamente com a questão da exportação, no geral são os antigos responsáveis, dentro dos diferentes Governos que foram passando no País, pelo controle de armas. Quase todos são ex-gerais que trabalham dentro das indústrias de arma nacional e que controlam o cadastro de exportação. Essa é a realidade. Então...



**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - É a promiscuidade, que afeta não só a falta de controle, como até a qualidade. Por exemplo, a cumplicidade das autoridades que controlam as armas — ou deveriam controlar as armas — com a indústria de armas faz com que as armas brasileiras não se aperfeiçoem. Então, para garantir o monopólio, a polícia brasileira só pode comprar arma brasileira. Não pode comprar, por exemplo, a Glock, que é muito melhor. Por quê? Para proteger a indústria brasileira, que, com isso, não se aperfeiçoa. A Polícia Federal, pelo seu poder político, usa arma Glock. Foi uma exceção. Mas a polícia brasileira usa um armamento inferior. É obrigada a comprar da indústria brasileira, que tem o seu monopólio garantido por autoridades que, de fato, agem como sócios e não como controladores, como manda a lei. Só para concluir esse capítulo.

E agora vem o pior. Uma investigação feita pelo Exército, no Rio de Janeiro, orientada pelo Coronel Diógenes, do Exército, apurou que uma boa parte dos traficantes de arma do Rio de Janeiro se acoberta na fachada de colecionadores de armas ou de praticantes de tiro. Por quê? Porque são categorias... É o chamado CAC: colecionadores, atiradores e caçadores. São 3 categorias, porque o atirador esportivo, porque o colecionador têm privilégios na compra de armas e munições, inclusive do exterior. Então, eles se credenciam no Exército como colecionadores ou como atiradores para poder, mais facilmente, obter armas e munições, que repassam ao crime organizado, como bem apurou a CPI.

Todas essas informações sobre as armas de colecionadores, atiradores e caçadores, isto é, de setores que, comprovadamente, estão muito relacionados com o desvio de armas, estão no banco de dados das Forças Armadas. A Polícia Federal não tem acesso às informações. Isto é, as armas que são mais desviadas, a Polícia Federal não tem como rastrear. Então, a lei obriga as Forças Armadas a tornarem o SIGMA acessível ao SINARM, que é o banco de dados da Polícia Federal. Até hoje as Forças Armadas não cumpriram uma decisão da lei, o que demonstra a resistência à democratização. É o que eu falava anteriormente: como, em alguns aspectos, as Forças Armadas continuam autônomas no poder civil. Mas se recusam a cumprir leis do Poder Legislativo. Então, realmente são aspectos que eu relaciono a essa resistência que vem do autoritarismo.



Um outro aspecto, também mencionado pela Alba Zaluar, é a questão do uso da força, do que ela chamou de uma prevalência da política de extermínio, da política de confronto e não da política preventiva. É o uso da violência de forma desmedida, descontrolada, refletindo uma visão militar e não policial do problema criminal.

Então, nós temos agora, na agenda da política de segurança aqui no Rio, um tema da maior relevância, que é treinar e obrigar a força pública brasileira ao chamado uso progressivo da força, recomendado pela ONU, de maneira que a força policial use a violência, principalmente a violência das armas, em última instância, não em primeira instância. A polícia do Rio não usa mais cassetete. Cassetete é do meu tempo. Quando a gente fazia protesto contra a polícia, a gente levava bordoadas. Não há uma progressão. A primeira atitude do policial aqui é dar tiro; e levar tiro, por consequência. E levar tiro. E no coração. O treinamento é para acertar na cabeça e no coração, não é para ferir.

Então, nós temos, em boa hora, essa política sendo discutida na agenda. É muito importante. É importante também que seja uma agenda nacional. Temos a questão do uso de armas não letais — o próprio termo já reflete como o problema entrou no Brasil. Arma não letal é uma expressão dos fabricantes norte-americanos por um *marketing*, propaganda enganosa, porque são armas que matam. O termo usado pelos europeus é: arma de baixa letalidade ou armas menos letais. Nós já importamos o termo “arma não letal”. Isso é uma discussão bizantina? Isso é uma questão semântica? Não é, porque, se um policial tem uma arma que é não letal, obviamente ele vai ter muito menos cuidado no seu uso do que se sabe que tem com uma arma de baixa letalidade, que pode matar e, no mínimo, causar danos irreversíveis.

Quero saudar a presença do meu amigo e companheiro de luta no Congresso, Deputado Biscaia, que tem sido um grande aliado nosso na luta pelo controle de armas.

Então, a discussão já começa errada pela terminologia usada. E, segundo, há um movimento das Guardas Municipais no Brasil por se armar. E vai totalmente contra a corrente democrática internacional, que prevê Guardas Municipais cidadãos, que não têm de usar arma, que são muito mais instrumentos de segurança do



cidadão do que força de repressão. Por sorte, nós temos, até de forma, para mim, meio incompreensível... Como é que, no Rio, nós, até hoje, conseguimos manter Guarda Municipal que não usa arma de fogo? Realmente, para mim é incompreensível. Mas é um fator muito positivo.

Eu cito o outro lado da Guanabara para os Deputados que não são do Rio, que é o Município de São Gonçalo, que tem como Secretário de Segurança um ex-capitão do BOPE, corporação reconhecida pela extrema violência nas suas ações. E na sua condição de ex-capitão de tiro do BOPE ele teve autoridade moral para, como primeira medida como Secretário de Segurança, desarmar a Guarda Municipal sob o seu comando em São Gonçalo. Ele, que tanto entende do uso de arma, entendeu que Guarda Municipal não tem que usar arma.

Então, é muito bem-vinda essa política de substituir gradativamente as armas por armas de baixa letalidade. Mas é importante que isso seja feito de forma a melhorar e não a agravar o problema da segurança. Por quê? Porque, como são armas que podem matar, como são armas que podem causar danos irreversíveis, é preciso que esses homens que vão utilizá-las, e mulheres, sejam muito bem treinados. O próprio Deputado Jungmann, juntamente com o Deputado Gabeira, quase foram vítimas do uso de uma arma não letal no Congresso Nacional, no ano passado. Por sorte, não o foram. Por sorte, estava muito mal treinado o agente da polícia do Senado, que não soube utilizar a arma. Então, saber usar armas muito perigosas é muito importante. Então, tem de haver um treinamento muito prévio. E tem de haver um controle muito grande, porque senão daqui a pouco nós vamos estar sendo assaltados na rua por armas de baixa letalidade. Se se controlam pouco as armas letais, imaginem como vai ser o controle das armas consideradas não letais, indevidamente.

Então, chamo a atenção para esses aspectos. É muito bem-vindo o uso de armas de baixa letalidade, dentro de uma nova visão de uso progressivo da força, por parte da polícia. Mas isso tem de ser feito de forma adequada, levando-se em conta pelo menos esses aspectos.

Eu não quero me estender muito, mas eram temas que eu gostaria de ressaltar, acrescentando, para não parecer que sou um permanente crítico das Forças Armadas e da polícia... Muito pelo contrário. Nós trabalhamos com a polícia,



nós trabalhamos com os segmentos democráticos da polícia, nós temos cursos para policiais, nós já formamos mais de 5 mil policiais neste Estado, dando um novo treinamento de respeito aos direitos humanos, demonstrando que o respeito aos direitos humanos não torna a polícia menos eficiente. Pelo contrário, a grande eficiência da polícia vem — demonstra a experiência internacional — do apoio que ela recebe da população, porque, quando a população apoia a polícia, a população vai bem informar a polícia. O policial vai ter êxito nas suas investigações, porque vai contar com a colaboração e não com o medo e a hostilidade da opinião pública. Então, a polícia mais eficiente é a polícia que recebe o apoio da população. E para receber esse apoio ela tem de respeitar o cidadão.

E aí, para demonstrar como nós trabalhamos com a polícia, chamamos a atenção também para que se respeitem os direitos humanos dos policiais. Muitas vezes não respeitam os direitos humanos do cidadão, porque não estão habituados a ser respeitados, porque nem espaço para criticar as suas corporações eles têm, muito menos espaço para refletir sobre o seu papel.

Mas o que eu queria ressaltar é que nós trabalhamos com a boa polícia. Nós temos todo um movimento dentro das corporações para que a polícia brasileira se torne mais eficiente, mais moderna e mais democrática. E vai ser mais eficiente quanto mais democrática for, por ene razões. Entre elas, porque terá a colaboração da comunidade. E o mesmo com relação às Forças Armadas.

O Viva Rio está tendo a oportunidade de trabalhar com o Exército Brasileiro no Haiti. O Brasil comanda as Forças de Paz da ONU, que intervieram no Haiti, depois de uma guerra civil. E parece outro exército o Exército Brasileiro lá fora. Por quê? Porque expressa os segmentos democráticos do Exército Brasileiro, que tem o que é muito importante.

Então, para eu não me alongar, o que se passa no Haiti? O Exército Brasileiro e o Viva Rio foram responsabilizados por pacificar uma das favelas mais violentas da Capital do Haiti, que é Bel Air, próximo da qual está, inclusive, o palácio presidencial.

O Exército Brasileiro ocupou, usando de firmeza, usando de armamento muito mais como fator persuasivo, coibidor... Associou-se ao Viva Rio. Isto é, tem uma política de trabalhar junto com a sociedade civil, em parceria. Envolveu-se... Além de



garantir militarmente... Envolveu-se com trabalhos comunitários, com trabalhos de aspectos sociais e econômicos.

Um grande problema da favela — e ao mesmo tempo a sua única riqueza — é o lixo. O lixo que não era recolhido e que servia, inclusive, ao ser acumulado, como barricadas, barreiras, para impedir a ação da força pública. Pois o Exército Brasileiro e o Viva Rio não só tiraram esse lixo, como agora o lixo está sendo usado para produzir energia. Então, é uma população tão pobre que o que tem para dar é lixo. E o lixo está sendo revertido em eletricidade para uma população pobre. É apenas um exemplo que eu dou, bonito, que nos enche de orgulho: como o Exército Brasileiro, no Haiti, está agindo em parceria com as ONGs — não só com as brasileiras, como com as ONGs dos favelados do Haiti —, a tal ponto que essa favela, que no jargão haitiano era considerada de cor vermelha, no sentido de perigo, de área extremamente perigosa...

Há cerca de menos de 2 meses o Presidente da República nos recebeu para dar a essa favela o sinal verde. É uma favela considerada pacificada. É um exemplo. Por quê? Porque lá estão armas nas mãos das nossas Forças Armadas, que não foram usadas para matar. Nós estivemos aí em plena crise econômica internacional. Isso provocou um aumento repentino na alimentação no Haiti. Isso provocou um levante da população haitiana, uma turba, no sentido de uma população ensandecida que saiu às ruas, tentou invadir o palácio presidencial no Haiti. O Presidente pediu ao Exército Brasileiro que o defendesse e que atirasse na população para proteger o poder constitucional haitiano. O Exército Brasileiro se recusou a usar armas letais e usou armamento, bala de borracha. Não matou ninguém. Conteve a turba. Pacificou. Isto é, a atuação do Exército Brasileiro no Haiti é exemplar.

Nós queríamos que assim fosse também no Brasil, isto é, que aqui no Brasil também as Forças Armadas trabalhassem com a sociedade civil, aprendessem a negociar; que a própria polícia brasileira, que também está presente no Haiti, agisse exatamente dentro desse modelo democrático e de eficiência — isto é, o uso progressivo da força, a preocupação em não atirar contra a população, contra inocentes, a preservação da vida. Tudo aquilo que nós defendemos está sendo aplicado no Haiti com sucesso absoluto. A tal ponto que o Brasil está sendo, agora,





capacitado para formar as Forças de Paz da ONU. Não só militares brasileiros, mas também militares da América Latina, militares da África, policiais da América Latina, policiais da África, porque esse modelo que nós introduzimos no Haiti é também um novo modelo de intervenção internacional. Não mais a tradicional ocupação militar, que depois deixa de existir, e o país fica entregue, como aconteceu, por exemplo, na Nicarágua ou no próprio Haiti, no passado.

Pelo contrário, a ideia agora é que haja uma ocupação militar com o mínimo possível de danos, respeitando os direitos humanos, imediatamente seguida por uma ação social, educativa, econômica, trabalhando em parceria com ONGs, com profissionais, engenheiros, médicos, enfermeiras, mobilizando a sociedade local, o que nós, no Brasil, chamamos de policiamento comunitário. Tudo aquilo que a gente apregoa foi feito no Haiti com um êxito extraordinário e repercutiu tanto que hoje em dia se apela para que o Brasil capitaneie, digamos assim, comande a formação das futuras Forças de Paz das Nações Unidas.

Então, foram esses, Srs. Deputados, alguns comentários que eu achei que deveria trazer para mostrar a importância de nós reformarmos esse modelo tradicional de segurança pública que temos e que, longe de enfrentar a criminalidade, tem sido muito mais um estímulo, parte do problema, do que uma solução. Ou, de fato, nós reformamos a polícia brasileira, reformamos a sua maneira de agir, reformamos a maneira de as Forças Armadas Brasileiras se relacionarem com a questão do controle de armas no Brasil, dentro de paradigmas democráticos, ou, de fato, essas Forças serão muito mais parte do problema do que da solução da segurança pública no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Dr. Rangel Bandeira, pela sua contribuição, com base na sua experiência, que é longa nesse setor.

Eu gostaria de dar 3 informações.

Primeiro, informo que a Subcomissão de Armas e Munições da Comissão de Segurança Pública, da qual eu sou Presidente, obteve da parte do Exército Brasileiro uma série de informações, uma ampla série de informações: de produção de armas... Enfim, um conjunto de informações a que, até aqui, Deputado Pimenta,



nós não tínhamos acesso. O problema que eu tenho é que está tudo sob sigilo. Mas está tudo em DVD. E é uma enormidade, Alba; pelo menos essas informações a que estamos começando a ter acesso.

A segunda informação é que nós estamos montando uma reunião entre o Ministro Tarso Genro, da Justiça, e o Ministro Nelson Jobim, que foi, inclusive, quem nos deu esses dados para uma agenda comum a respeito desse tema especificamente, dessa questão. Os 2 devem sentar-se, e veremos o que podemos fazer e como avançar. E eu sou otimista.

Terceiro: eu espero que, na próxima semana, nós estejamos apresentando o resultado, Luís, de dois anos e meio a 3 anos de pesquisa. É exatamente um exaustivo levantamento dos sistemas estaduais de controle de armas. Nós vamos apresentar o *ranking* de controle de armas em todo o País. Nós fizemos um levantamento de centenas de milhares de armas, sua localização etc. etc. Fizemos isso em conjunto com o Viva Rio, com o Rangel e com o saudoso Pablo, que nos traz saudade ainda hoje.

Vamos passar a palavra, agora, ao último dos nossos convidados, o Prof. Luís Eduardo Soares. Tem S.Sa. a palavra.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Muito obrigado.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer o convite para participar desta audiência pública, deste encontro, que eu reputo muito importante, muito especial, por várias razões.

É um privilégio compartilhar a Mesa dos expositores com a Profa. Alba Zaluar, que é pioneira nos nossos estudos nessa área e mestra de todos nós. Não significa que isso se projete em idade, mas em sabedoria e experiência. E é um prazer também compartilhar a mesa com o Rangel, Antônio Rangel Bandeira, que tem sido, além de estudioso e pesquisador tão importante, um militante das causas que nós todos compartilhamos. E, em particular, é importante o encontro, porque esta é uma CPI muito especial, porque liderada por Deputados como os senhores, Raul Jungmann, Paulo Pimenta, Antonio Carlos Biscaia, e só isso já é suficiente para conferir a este esforço parlamentar dignidade, respeitabilidade e uma expectativa muito grande por parte da sociedade quanto às consequências. E é nosso dever,



então, compartilhar o conhecimento que pudemos acumular, os resultados das pesquisas ou das nossas respectivas práticas e colaborar.

E desde já me coloco à disposição para dar sequência a essa cooperação, para que ela possa ser o mais útil possível. Eu já coloco de imediato, também, à disposição da CPI, os resultados e o relatório da pesquisa que concluímos, patrocinada pelo Ministério da Justiça e pelo PNUD. A pesquisa se chama “O que pensam os profissionais da segurança pública no Brasil”. Ela já está concluída. O Ministério produziu um livretinho que será distribuído em breve, parece-me que esta semana. Eu vou solicitar que lhes sejam enviadas cópias dos relatórios. É uma pesquisa muito simples, do ponto de vista intelectual, muito simples, sem nenhuma pretensão, mas que é relevante, porque é a primeira vez que se ouvem os profissionais de segurança pública, não só os policiais, em todo o Brasil.

Foram 64.130 respondentes, e, apesar, então, dos limites de um tipo de investigação dessa natureza, nós travamos contato pela primeira vez com as vozes dos próprios profissionais, porque, até então, nós supúnhamos que sabíamos o que pensavam os profissionais, por mediadores, porta-vozes, arautos, alguns líderes de associações ou de entidades vinculadas a essas categorias, que muitas vezes apresentavam certas imagens com as quais a opinião pública passou a lidar de forma a naturalizá-las, cristalizando-as, como se, de fato, efetivamente, aquilo que, em nome das categorias se dizia, correspondia ou correspondesse, efetivamente, ao que pensavam as categorias.

Mas indo às fontes, com critérios científicos, nós nos demos conta, para a nossa grata satisfação, de que mais de 70% dos policiais e profissionais de segurança pública são favoráveis a mudanças constitucionais que impliquem mudanças profundas no nosso modelo policial, nas próprias instituições das quais fazem parte. Eles se pronunciam claramente contrários ao modelo diádico de fratura do ciclo de trabalho policial, que distingue Polícia Civil, Polícia Militar, da forma como nós praticamos no Brasil. São fortes críticos do modelo que herdamos da ditadura, dessa estrutura que ainda não fomos capazes de modificar. Portanto, aquelas versões que nos acostumamos a ouvir, segundo as quais policiais e profissionais dessa área são refratários à mudança, são corporativistas no sentido mais rudimentar, mais primitivo, são conservadores e defendem essa estrutura ossificada,



essas perspectivas, essas versões caem por terra quando nós ouvimos diretamente as vozes dos trabalhadores policiais, dos trabalhadores da segurança em todo o País. Eles são os primeiros a reconhecer a inviabilidade desse modelo, desse sistema, dessa estrutura institucional, são os primeiros a advogar alterações e a demandar intervenções para as quais os senhores aqui presentes cumprirão papéis decisivos, para as quais os senhores serão necessariamente protagonistas, porque se trata, aí, de emendar a Constituição Federal e promover as mudanças tão ansiadas, tão urgentes e sempre, infelizmente, proteladas por diversas razões, uma das quais agora superada, enfim: a suposta resistência dos policiais.

Fomos acusados, tantos de nós, tantas vezes, de sermos inimigos das corporações, porque advogávamos mudanças profundas. Agora nós vemos que interpretávamos melhor os sentimentos dos trabalhadores policiais do que os que supostamente os defendiam, sustentando a superioridade do modelo atual. Eu acho que essa, talvez, seja a principal contribuição da pesquisa, mas há muitas outras relativas à vitimização policial. O que se descobre na pesquisa a respeito do padecimento do trabalhador policial é muito impressionante, já de pleno conhecimento daqueles que convivem com essas categorias, mas, de toda maneira, para a sociedade, muito impressionante. Então, eu acho que a pesquisa, apesar de, repito, muito limitada do ponto de vista intelectual, presta um serviço, e nós vamos divulgá-la. E seria bom que o fizéssemos, inclusive, começando pelos canais institucionais que os senhores aqui representam.

A busca... O Deputado Raul Jungmann, Presidente da Comissão, dizia-nos na abertura que a busca, o esforço inicial da CPI é pela definição, pela circunscrição de um foco, para que ela possa ser mais efetiva. E eu lhe digo, Deputado, e digo a todos os presentes — acho que as exposições tão ricas que me antecederam, de certa forma, convergem, confluem para esse mesmo ponto, para essa mesma conclusão —, eu diria que é muito difícil essa tarefa. Esse é um grande dilema, vai ser um grande desafio circunscrever um foco, porque justamente o que caracteriza a nossa área, dizia a Profa. Alba, é a sua extraordinária complexidade, de tal maneira que a instauração, a circunscrição de um foco pode vir a ser reducionista e inviabilizar passos mais consequentes.



Então, esse é o dilema. É preciso focalizar, claro, definindo uma prioridade, mas é necessário sempre levar em conta que uma intervenção, de fato, de qualidade nessa área requer uma abordagem multissetorial, requer uma abordagem muito mais complexa e sistêmica e requer, portanto, mais do que uma ação tópica, ainda que ela, evidentemente, faça sentido, desde que articulada a uma cadeia de intervenções que prospectivamente podem ser desenhadas, até num relatório final da CPI, se vier a ser o caso. Ou seja, eu diria que talvez menos um foco e mais uma hierarquia de prioridades, de modo a que os focos que os contextos exijam possam ser delineados, sem prejuízo do reconhecimento da presença de outros tópicos talvez igualmente importantes, mas conjunturalmente secundários, de acordo com a avaliação, inclusive, política, que a CPI possa fazer. Portanto, uma multiplicidade de focos, mas uma hierarquia de prioridades, o reconhecimento da insuperabilidade dessa multiplicidade. Eu acho que esse é o ponto fundamental. (*Falha na gravação.*)

Eu participei com muito orgulho do trabalho do qual participava o Deputado Biscaia, quando, juntos e com os nossos companheiros Benedito Mariano e Roberto Aguiar, elaboramos, ouvindo tantos e tantos colegas em todo o País, um trabalho coletivo, o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública, para o primeiro mandato do Presidente Lula. Nós abríamos o documento dizendo: A problemática da segurança ou da insegurança pública e da violência em suas múltiplas manifestações, essas problemáticas são naturalmente complexas, porque multidimensionais, o que significa que políticas preventivas ou voltadas para a redução do problema teriam de ser, necessariamente, também elas, multidimensionais, também elas, complexas e, portanto, intersetoriais ou multissetoriais. Só que isso requer, por outro lado, um novo sujeito da gestão pública, isso requer uma reforma na própria estrutura do Estado, para que se viabilize a implementação de políticas intersetoriais.

As políticas intersetoriais dificilmente podem ser implementadas com um Estado organizado de forma balcanizada, segmentada, atomizada, fracionada, como o nosso, com Secretarias e Ministérios, que refletem a visão social do trabalho já inteiramente perempta, ultrapassada pela dinâmica dos processos contemporâneos de reorganização da sociedade. Quer dizer, nós temos um Estado que retrata um País que já não há, que retrata uma sociedade que já não se organiza desse modo,



retrata e espelha uma dinâmica social e uma estrutura de organização da sociedade ultrapassadas. E nós necessitaríamos rapidamente de um Estado muito mais ágil e menos burocratizado, com uma outra estrutura administrativa, capaz de trabalhar com uma coordenação multidisciplinar e intersetorial permanentemente, refletindo as dinâmicas muito mais complexas e multidimensionais que caracterizam a nossa vida contemporânea, e que a caracterizarão progressivamente, crescentemente.

O nosso Estado apresenta dificuldades de gestão que ultrapassam a competência dos gestores. Muito frequentemente, atribuímos à incompetência de gestores dificuldades na implementação de políticas. Mas, pela experiência na União, em Governos Estadual e em Governos municipais, eu lhes daria o testemunho de que, de um modo geral, é a estrutura do Estado, em todas essas esferas, que, de fato, obstaculiza o exercício da gestão pública, tornando o Estado quase ingovernável, no sentido mais próprio da palavra.

Em termos, então, digamos, de um desenho geral — eu acho que aqui simplesmente reproduzo o que antes de mim, sobretudo, a Profa. Alba já dizia —, estamos diante de uma problemática multidimensional, a exigir intervenções, também elas intersetoriais e um novo sujeito de gestão pública apto a implementar tais políticas. Sem reconhecer que esse é o nosso quadro, dificilmente nos daríamos conta da interconexão entre todos os tópicos que porventura consideremos pertinentes. A interconexão entre os tópicos está dada justamente pela natureza sistêmica e complexa do problema.

Há grandes problemas no Brasil nessa área, eu diria que poderiam ser resumidos assim. E também creio que apenas reproduza de outra maneira, talvez agregando lateralmente, apendicularmente, uma outra observação que antes de mim disseram Alba e Rangel.

Nós vivemos um drama muito particular no Brasil, que se traduz por aquilo que poderíamos descrever como uma desigualdade no acesso à Justiça. Talvez o conjunto de problemas pudesse ser assim resumido: desigualdade no acesso à Justiça começa na abordagem policial; a aplicação da lei filtrada por crivos seletivos, de acordo com cor, idade, gênero e classe social, e a lei, portanto, se aplicando diferentemente, de acordo com camadas sociais, áreas territoriais distintas, aparência, características sociais, estigmas, preconceitos, etc. Então, a abordagem



policial já realiza uma transgressão à equidade, aos princípios elementares da equidade. E a justiça, portanto, começa a ser traída no próprio crivo seletivo que aí se dá.

A partir daí, a construção da criminalidade, do criminoso, dos perfis, etc., já está de alguma forma comprometida por esse *bias*, por esse viés, por essa usina de produção de desigualdades que se dá já na abordagem policial. Abordagem que não é apenas seletiva, segundo essas variáveis, esses fatores, mas que pode trazer consigo também aspectos de brutalidade e corrupção.

Então é importante, falando aqui do Rio de Janeiro, que nós saibamos que, além dos problemas já tão bem elencados pelos expositores que me antecederam, que nós vivemos aqui uma situação particularmente dramática na área da brutalidade policial. Somos campeões mundiais na brutalidade policial letal, pelo menos, se compararmos aos dados do Rio de Janeiro aos dados oferecidos por países e cidades que geram informação, porque evidentemente há muitos que sequer informações nos oferecem. Mas, tomando de 2003 — esses dados já estão compilados, já foram publicados por tantos colegas, por mim também em livros, artigos, etc. —, se tomarmos de 2003 até o ano passado, temos os seguintes números de mortes provocadas por ações policiais no Estado do Rio de Janeiro: 1.195, 984, 1.089, 1.330, 1.062. 1.137. Isso nos dá um total de mais de 6 mil casos de mortes provocadas por ações policiais nesse período de 2003 a 2008.

Nos Estados Unidos, um país com cerca de 300 milhões de habitantes — nós temos aproximadamente 15 milhões de habitantes no Estado do Rio — e 21 mil departamentos de polícias aproximadamente, ocorrem, por ano, cerca de 300 mortes por ações policiais, sabendo-se que as polícias norte-americanas nem sempre são grandes exemplos no respeito aos direitos humanos e a civilidade, etc. Há muitas denúncias de Organizações Não-Governamentais, movimentos civis, etc. contra a brutalidade.

Então, nós estamos falando no Estado do Rio de Janeiro, onde, sistematicamente, desde o ano de 2003 — e já os anos anteriores apresentávamos números graves —, a partir de 2003, mais de mil mortes foram provocadas por ações policiais por ano. Vejam os dados relativos a uma pesquisa realizada em 2003: dos 1.195 casos, 65% apresentavam características claras de execução. Nós



estamos falando de execuções extrajudiciais, porque frequentemente as autoridades são convocadas pela opinião pública a se pronunciar e explicam esses números elevados ou atribuem esses números à violência dos criminosos. Evidentemente que há violência, e violência armada, e é evidente que parte desses números decorre do confronto, e decorre, portanto, de ações legítimas de autodefesa, de defesa da vida de inocentes. São intervenções justificadas e legítimas, a despeito dos efeitos mórbidos. No entanto, no caso de 2003 — esse número evidentemente tem um caráter paradigmático —, temos 65% de ações extrajudiciais. Estamos falando de execuções.

Qual o perfil da vítima da brutalidade policial no Rio de Janeiro? É redundante reconhecê-lo, mas é necessário e imperioso que o façamos. Já vimos aqui, a Profa. Alba dizia que a grande vítima da violência urbana, sobretudo — não só urbana —, e da violência letal é o jovem do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, 28 e 29 anos, em geral, negro e sempre pobre, quase sempre pobre. Quer dizer, há uma enorme concentração — os dados são eloquentes nesse sentido — nas camadas populares, nos grupos mais vulneráveis. E aqueles que estão pagando com a vida o preço dessa nossa insanidade coletiva, digamos assim, são aqueles já vitimizados por uma estrutura social desigual. Além disso, além de serem as principais vítimas da violência de uma maneira geral, esses personagens são as vítimas prioritárias desse processo dramático que eu descrevia.

Os senhores podem imaginar o que aconteceria se a cena que vou descrever se realizasse na Zona Sul do Rio de Janeiro, na Favela do Jacarezinho, saindo da favela, há coisa de um ano — isso é apenas para ilustrar. É importante trazermos a situação para o tangível, o mais sensível, humanizando-a. Saindo da favela do Jacarezinho, um rapaz negro, pobre, sem sapatos, descalços, de bermuda e de camiseta, corria em busca de um táxi para salvar seu pai, que sofria um ataque cardíaco. Um policial o viu correndo, batendo na janela do táxi, deu-lhe um tiro de fuzil no rosto. Uma situação desse tipo. Bom, era um negro, pobre, que corria. Era um negro, pobre, que corria! Isso, supostamente, justificava e legitimava uma ação desse porte!

Rangel dizia: o uso progressivo da força. O que caracteriza a polícia no mundo democrático é o uso progressivo da força. Está em todos os livros e manuais





de instrução de todas as polícias democráticas do mundo, inclusive as nossas. Inclusive, no Rio de Janeiro, a Polícia Militar do Rio de Janeiro dispõe desse manual. O uso progressivo da força é o princípio elementar que organiza o uso comedido da força, que distingue das Forças Armadas as polícias nas sociedades democráticas.

Mas esse policial agiu dessa maneira. E agiu dessa maneira, expressando uma concepção. Não é um indivíduo, não é um problema idiossincrático, uma singularidade patológica, como frequentemente se define; trata-se de uma política institucional não explícita, é evidente. Mas, na cultura corporativa e nas orientações superiores, é privilegiada a ação, a incursão bélica, por exemplo, é a ação de resposta, etc. Quando se evidencia a barbárie envolvida nesse tipo de prática, é evidente que então há reações inclusive do Executivo e dos responsáveis pela segurança pública, evidentemente criticando o policial, como se tudo se resumisse à decisão infeliz, desafortunada e absurda daquele profissional.

V.Exas. podem imaginar se isso ocorresse no Leblon uma vez. O Presidente Lula estaria no Rio de Janeiro, não haveria mais polícia, não haveria Secretaria de Segurança, o Governo correria sério risco. O mundo se voltaria para o Brasil, a ONU enviaria observadores, a CPI estaria aqui permanentemente. Teríamos aqui finalmente um *tsunami* de transformações institucionais. Mas isso não ocorre.

Isso se dá, sistematicamente e com esses números assustadores, onde não há visibilidade, onde a mídia não penetra com a mesma acessibilidade, com a mesma capilaridade; onde a mídia não é capaz de partilhar as informações, como faz, em outras áreas da cidade.

Então, estamos diante de um quadro, no caso do Rio de Janeiro, muito grave. Mas, a despeito da magnitude do problema no Rio de Janeiro, esse não é um problema só do Rio de Janeiro; é um problema do Brasil. Caminhando por aí, dialogando, com interlocutores mais diversos, pesquisadores, colegas nossos da universidade, ou com profissionais das instituições policiais, com ONGs e militantes dos direitos humanos, com populares, fazendo pesquisas ou simplesmente visitando essas áreas, sabemos que o problema da brutalidade policial, sempre orientado de acordo com esses vetores — porque ela não é aleatória; ela não se distribui de forma aleatória, arbitrária ou, entre aspas, "equânime" ou democrática, ela se



concentra em certas áreas da cidade, contra certos tipos de personagens com aquelas características —, esse é um problema nacional.

Há outras questões ainda importantes. Eu queria simplesmente sublinhar o seguinte: a defesa da vida teria de ser a prioridade absoluta da segurança pública, se ela tem compromisso constitucional e compromisso com os documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário. É evidente que segurança pública é um conjunto de iniciativas, de políticas e de instituições em ação voltadas para a promoção disso que se chama segurança ou redução da insegurança, quaisquer que sejam as definições que se lhes atribuem, sobretudo voltadas para o que é essencial à defesa da vida, da dignidade humana, ao respeito da improbidade física, sobretudo defesa da vida. Essa prioridade não tem sido respeitada. Mais que isso: ela tem sido negligenciada sistematicamente e de forma desigual, repito, dependendo das áreas, o caso do Rio de Janeiro é apenas um deles.

Em termos da criminalidade ou das práticas criminais e violentas, diria que nós temos 4 (*Falha na gravação.*) como dizia a Profa. Alba e o Prof. Rangel já disseram isso. A Alba Zaluar dizia, com toda a razão — ela tem absoluta razão —, que as armas são o nosso grande desafio, a nossa grande questão. O Rangel tem-se dedicado a isso. Sei que os senhores têm feito um imenso esforço no Congresso Nacional nessa mesma direção — Biscaia, Pimenta e Raul Jungmann e os demais membros desta Comissão. Esse é um esforço fundamental; nós temos uma questão extraordinariamente importante.

Qual a grande operação da Polícia Federal foi orientada para desvendar as estruturas e as dinâmicas do tráfico de armas no Brasil? Tivemos enormes operações, com grande visibilidade na mídia, repercussões extraordinárias etc. Mas qual foi a grande operação voltada para o problema mais nevrálgico, estratégico? No Rio de Janeiro, qual é a unidade, que temos, policial, e qual o peso que ela tem voltada especificamente para essa questão? Qual a prioridade que isso tem na política de segurança pública e nas políticas institucionais? É como se nós tivéssemos naturalizado o problema. O Rio de Janeiro é lindo, uma cidade maravilhosa, abençoada por Deus; tem uma natureza prodigiosa e, parte da paisagem são essas armas ilegais. Isso está absolutamente dado como natural. Isso deveria ser, para nós, objeto da urgência por excelência.



O problema do controle territorial. O Deputado Raul Jungmann tem chamado a atenção para isso. Essa é uma questão crucial. O nosso problema — a Profa. Alba já dizia isso —, nos anos 80, o diferencial, o que agrava, efetivamente, os processos de criminalidade, de violência e até os homicídios, nos crimes letais, o que torna tudo isso qualificado no sentido negativo é o controle territorial. Porque o controle territorial envolve tentativas de controle tirânico de comunidades, com restrições severas ao exercício do Estado Democrático de Direito, aos privilégios que decorrem dos mandatos constitucionais, enfim, aos privilégios que decorrem naturalmente da cidadania.

O Deputado Raul Jungmann esteve aqui no período eleitoral, acompanhando todas as ações que foram mobilizadas e encetadas, naquele momento, mas há naturalmente um refluxo depois do momento de crise. Entretanto, o problema apenas se agrava, se estende, se amplifica e se agrava. E as intervenções anteriores chamaram a atenção para isso. O controle territorial que antes era exercido por rapazes descalços, de bermudas e fortemente armados, que morriam aos 25 anos e, que eram incapazes disso que se chama crime organizado... Porque, é evidente, crime organizado é o crime que envolve instituições públicas e todo um conjunto tentacular de mecanismos institucionalizados.

O crime organizado não é o crime que se organiza em torno de uma mesa, por um planejamento utópico; qualquer grupamento humano opera de acordo com esse nível de planejamento, se quer estruturar uma ação cooperativa determinada. Não é isso o que caracteriza o crime organizado. O que caracteriza o crime organizado é sua penetração institucional. É a captura de instrumentos e mecanismos públicos para os serviços dos fins transgressores da legalidade da Constituição. No caso, nós tínhamos, então, esses rapazes, incapazes de promover o chamado crime organizado, mas que eram, por um lado, vítimas e, por outro lado, algozes. Também o primeiro e mais importante estudo realizado a esse respeito foi a *Máquina e a Revolta*, da Profa. Alba Zaluar, que continua sendo o paradigma.

Depois disso, nós vamos mais ou menos repetindo o que já está lá identificado nos anos 80, porque só se amplificou e se aprofundou o problema; a estrutura, basicamente, é a mesma, com a qualificação que essa dinâmica dá. Mas em termos do essencial, já tínhamos antecipar os desdobramentos do que significa



o tráfico num território. O que mudou? Mudou, justamente, porque o tráfico, em se expandindo e se organizando, acabou-se impondo sobre o território, se armando fortemente e tiranizando as comunidades.

Bom, depois do tráfico de drogas e de armas, tivemos o fenômeno das milícias. O fenômeno das milícias significa um salto negativo de qualidade extraordinário. Nós agora temos um problema muito maior. Qualquer carioca sabe disso; todos os que atuam nessa área sabem disso, todos os que visitam as comunidades sabem disso. Estamos diante de um problema muito maior do que o tráfico. O tráfico já passou, já é um momento quase pretérito. Ele está sendo vencido, sucessivamente. As milícias estão substituindo o tráfico, atuando em muitas outras áreas. Porque, primeiro, eles têm *know-how*, mais idade, mais maturidade, aprenderam com a vida, se organizam melhor, têm treinamento superior, têm acesso fácil por conta da sua vinculação a instituições públicas, às armas, às informações. E souberam apreender o seguinte: se você controla, tiranicamente, uma comunidade você pode explorá-la quase ilimitadamente, em todos os aspectos: comerciais, imobiliários, econômicos, impondo, inclusive criando legislação específicas, códigos disciplinares específicos que são os mais cruéis.

Há uma variação muito grande de casos, mas eles tendem, cada vez mais, à monopolização. Já há grupos em disputa — como nós temos nas facções criminosas — e eles nem precisam vender drogas; *fa-lo-iam*, se fosse necessário, mas nem é mais necessário, porque é muito mais lucrativo não fazê-lo nesse momento, atuando em todas as outras áreas. Estamos diante de um problema de muito maior gravidade. Mas, digo, a estrutura básica que há do despotismo territorializado, persiste, aí ele apenas se agrava. Então, o controle territorial é um problema para a soberania do Estado Democrático de Direito. Nós estamos diante de um caso muito grave. São entraves que subtraem (*Falha na gravação.*) o Estado Democrático de Direito.

O crime organizado, que é o crime... Esse último livro que eu passei ao Presidente Raul Jungmann, que escrevi com Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, Juiz do Espírito Santo e o Secretário de Segurança, Rodney Miranda, é um livro sobre o crime organizado no Espírito Santo. Sabemos que o crime organizado é uma modalidade crescentemente importante no Brasil — não é privilégio do Rio de



Janeiro, longe disso. Estamos diante do problema do crime organizado no País — nem do Brasil; esse é um problema que está em todo o País e já é transnacional. Isso é de enorme gravidade, sobretudo se levarmos em conta as deficiências investigativas que caracterizam as nossas instituições judiciárias voltadas para a percepção criminal.

Então, nós temos os crimes contra a vida; temos o problema da territorialidade; temos o problema do crime organizado, das armas; e, por fim, mais não menos importante — e eu acho que aí para a questão do foco da CPI isso pode ser relevante — nós temos os crimes do Estado. Já mencionei: brutalidade policial, já falei de milícias. Milícia envolve Estado. Eu poderia também me referir à transgressão sistemática, que é perpetrada no Brasil — e não no Rio de Janeiro apenas —, da LEP, a Lei de Execuções Penais. O ECA não é cumprido rigorosamente. As instituições socioeducativas não cumprem o seu dever. Nós já estamos questionando o ECA sem tê-lo aplicado. É muito curiosa essa nossa prática brasileira. Nós promulgamos uma determinada legislação, consideramos avançada; não a aplicamos e, depois, a questionamos e advogamos a sua substituição. Não seria mais racional aplicá-la, testá-la na prática e, então, sim, discuti-la, e, eventualmente, alterá-la? Mas nós nunca, de fato, a cumprimos. Qualquer dia vão propor alteração da LEP, como se ela não estivesse funcionando. Ela jamais foi aplicada, a rigor. Então, o Estado não cumpre a LEP. Quem não cumpre a lei faz o quê? (*Falha na gravação.*) eu diria, descumprindo a lei, comete uma infração, uma transgressão ou um crime.

O Estado, nesse sentido, não é um fogo de artifício retórico, é bem preciso: o Estado comete crimes; crimes do Estado, que são muito relevantes nessa matéria. Por quê? Se nós não temos o sistema penitenciário organizado de acordo com as determinações da LEP; se nós não temos um sistema socioeducativo que cumpra o seu papel; se as polícias descumprem sistematicamente o seu papel constitucional, então, que instrumentos efetivamente nós temos para fazer face ao desafio representado pelos problemas da criminalidade na sociedade, que já foram mencionados por todos nós?

O caso das armas, que é um caso particularmente grave, é exemplar, mas é apenas uma manifestação das nossas deficiências e fragilidades. Por isso, eu acho



que se a CPI não é executiva e não vai, portanto, implementar políticas de reforma, não vai implementar políticas preventivas, não vai rearticular o sistema tal como ele hoje é dado, como teria de fazer se assumisse responsabilidades imediatas de gestão, se a CPI atua no Congresso Nacional, se tem responsabilidades regentes no nível normativo, então talvez a questão chave para a CPI seja as instituições, seja o Estado e suas responsabilidades. E, por isso, eu acredito que inclusive o foco nas polícias, que acabou decorrendo das intervenções de ontem, talvez seja o foco apropriado, pertinente, porque, afinal de contas, o problema transborda, se derrama sobre a sociedade. É um problema que ultrapassa, como dizia o Rangel, a responsabilidade policial.

Nós não podemos reduzir a segurança pública, já por definição tão ampla e complexa, à questão policial ou institucional. Mas há uma dimensão institucional e policial sem cuja solução nós não avançaremos para começar a dar algumas respostas, sejam preventivas, sejam de redução de impacto na outra área. E se há uma área sensível à atuação de uma CPI é a área que diz respeito à responsabilidade do Estado. Por isso, me parece que há aí sentido.

Vejam a situação nossa das polícias. No Rio de Janeiro, há 2 anos... Eu não consegui informações mais recentes; então, são ultrapassadas. Há 2 anos, havia 144 mil solicitações de laudos periciais não atendidos. Cento e quarenta e quatro mil solicitações de laudos periciais não atendidos! Significa o seguinte: é o colapso da perícia, porque se um dos senhores reivindicasse um trabalho pericial determinado, entraria na fila; seria o centésimo quadragésimo quarto milésimo primeiro. Entraria na lista. Segundo os peritos, isso exigiria 10 anos de suspensão, de trégua com o crime para que se pudesse colocar em dia as suas atribuições. Obviamente, é inviável.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - É, exato, criminais: 144 mil.

Isso mostra o seguinte: nós temos uma dificuldade imensa; os números variam muito. Eu fiz uma pesquisa com colegas nos anos 90, 94, 95 e nós encontramos aqui, para a cidade do Rio de Janeiro, considerando apenas homicídios dolosos, só 7,8% de esclarecimento. O esclarecimento era definido apenas como aceitação, por parte do Ministério Público, do inquérito instruído.



Apenas aceitação. Isso não significa que o processo se concluísse, não é Deputado? Ele se poderia perder até por falta do réu etc.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - De autoria.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - De identificação de autoria.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Basta isso.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Bastando isso...

Mas nós tínhamos 7,8% de inquéritos suficientemente instruídos, de acordo com parecer do Ministério Público; 7,8%, portanto, 92,2% do crime letal mais grave, portanto, do homicídio doloso, permaneciam insolúveis.

Pesquisas mais recentes do próprio ISP, no ano de 2007, publicadas em janeiro de 2007, realizadas ao longo de 2006, nos diziam que o número tinha caído para 1,5%. Depois disso, o ISP refez contas e, para o ano de 2008, já apresentava um quadro de 14%, algo do tipo.

Essas pesquisas são muito difíceis, muito complicadas. Nós temos exemplo. Em São Paulo existe um outro esforço do nosso colega Sergio Adorno que tenta levantar esses dados. Ele tem enfrentado muitas dificuldades, está há muitos anos envidando esforços para levantar os dados. Mas, mesmo nós nos concentrando exclusivamente em homicídios, ainda assim há muita dificuldade. Mas, de qualquer forma, que sejam 14%, 7,8%, 1,5%... Nós estamos numa faixa absolutamente inaceitável. Nos países desenvolvidos, a taxa de esclarecimento dos homicídios, e é claro que há logo uma justificativa policial perfeitamente razoável... Também vejam os números absolutos. Atenção! Vejam os números absolutos, porque no caso isso é muito relevante. Nos países desenvolvidos jamais abaixo de 80% o esclarecimento. Ele pode chegar a 95%, 85%. Nos casos mais baixos, 81%, 82%. Nós estamos, na melhor das hipóteses, na faixa dos 10%. Isso é absurdo, porque a taxa de impunidade é estratosférica.

Isso significa a demissão de uma área policial, que é a polícia judiciária. Ela se demite do seu mandato constitucional. Não por conta de incompetência dos profissionais, por favor! Não se trata de culpar, em absoluto, os policiais civis que cumprem aí jornadas pesadas, têm dificuldades etc. Mas é claro que, sem a perícia e sem que haja proteção da cena do crime, sem uma articulação com a Polícia Militar, enfim, sem uma política que se oriente para a defesa da vida e, portanto, se



concentre nesse aspecto, a despeito de alguns elementos facilitadores, nós continuamos, então, sem investigação. Esse é um problema do País. São Paulo apresenta dados muito melhores — 45%, segundo as informações. De qualquer forma, ainda num nível bastante inferior ao que seria necessário. No resto do País, não há dados. Eu acho que é tão importante o número quanto esta informação: não há dados.

Vejam o seguinte. Nos anos 90, foi necessário uma pesquisa acadêmica para que nós tivéssemos acesso a esses dados. Isso não tem cabimento. Em lugar nenhum do mundo isso faz sentido. Essa é uma pesquisa que a polícia tem que fazer rotineiramente. A mesa do chefe da Polícia Civil e do secretário de segurança sistematicamente, pelo menos mensalmente... Qual tem sido o retorno, todos os meses, de 2 em 2 meses o Ministério Público devolve... Quantos? Qual é a dinâmica? De que maneira nós vamos reverter esse quadro? Isso tinha que ser um problema emergencial para unir todas as forças, para reverter esse quadro.

Quando eu era Secretário Nacional, em função da situação do Rio de Janeiro, nós fizemos um acordo e passamos, dos 40 milhões de reais para o Rio de Janeiro, 36 milhões para perícia. Era a ideia investir na requalificação dessa área. Isso, infelizmente, como vocês veem, é muito precário.

A questão da Polícia Militar é muito simples. A estrutura verticalizada no mundo contemporâneo faz sentido em uma unidade militar. Por quê? A sua função é o pronto emprego. Quando se trata de reagir automaticamente, em velocidade e em escala, é indispensável que haja uma estrutura vertebrada, de forma hierárquica, ainda que os Exércitos modernos, as Forças Armadas modernas já estejam ensaiando flexibilizações importantes e descentralização. Mas entende-se que a vertebração é fundamental. Não se trata de discutir uma ordem ou de elaborar burocraticamente mediações. É preciso imediatamente deslocar forças numa certa direção, com uma certa potência. É para isso que existe a força militar. Daí o sentido hierárquico de vertebração verticalizada.

Na polícia, isso não faz nenhum sentido. Isso é inteiramente contrário às necessidades de um trabalho policial. O trabalho policial se dá de forma capilarizada, sempre plástica, flexível e adaptável às variações circunstanciais e contextuais. Os ambientes, os microambientes, os territórios têm de ser





circunscritos. Os diagnósticos são muito dinâmicos e as situações são muito mutáveis. E é necessário a descentralização, a autonomização dos agentes locais, para que eles se tornem crescentemente protagonistas de uma segurança pública cidadã, convertendo-se em microgestores da segurança pública.

A compreensão contemporânea valoriza o policial na ponta, as suas responsabilidades. Isso não significa não responsabilizá-lo. Hoje, nós temos o pior dos 2 mundos: o máximo de centralização e de verticalização e o mínimo de controle na ponta — *vide* os dados relativos à habitualidade policial letal. Do que nós precisamos? Flexibilidade na gestão, controle externo, controle interno, mas com flexibilidade, responsabilização na ponta, com apoio à autonomia do trabalhador policial. Isso contradita a estrutura que tem de se dar, por mandamento constitucional, à imagem e semelhança do Exército nacional. Esse é um obstáculo intransponível sem uma alteração constitucional.

Enquanto houver o cordão umbilical ligando estruturalmente a Polícia Militar ao Exército, a Polícia Militar não pode se reformar. Eu, por exemplo, não advogaria o fim do caráter militar da Polícia porque, pela experiência, eu tenho visto que esse não é problema. Ao contrário, pode ser até um elemento muito positivo, desde que o militar aí seja entendido de outra forma.

O código disciplinar que hoje rege o controle interno e a disciplina interna é medieval, é anticonstitucional. Já houve experimentos no Rio de Janeiro, em 2002, e no Governo Olívio Dutra com códigos disciplinares distintos, que no início levaram muito temor às autoridades policiais, mas que se revelaram absolutamente viáveis, não implicando desorganização, anarquia etc. É perfeitamente possível valorizar o policial, respeitá-lo em sua dignidade, em seus direitos humanos e direitos como cidadão, compatibilizando o código disciplinar com os ditames constitucionais.

Um outro ponto importante, que a Profa. Alba mencionava, são as AISPs, as Áreas Integrais de Segurança Pública. É um escândalo que só Rio de Janeiro, Minas Gerais, parte de São Paulo e algumas áreas do Rio Grande do Sul, muito precariamente, disponham ainda das Áreas Integrais de Segurança Pública — ainda que Santa Catarina e Pará estejam trabalhando nessa direção, mas estão longe de constituir as suas áreas. No caso do Rio de Janeiro, como disse a professora Alba, infelizmente isso não tem sido praticado; existe hoje *pro forma*.



O que significa Áreas Integrais de Segurança Pública? É a precondição para qualquer trabalho racional na segurança pública. E eu desafio qualquer gestor a provar o contrário. Todos concordam com esse primado.

É o seguinte: nós só podemos definir uma política conhecendo uma realidade. Para fazer um diagnóstico, nós precisamos dos dados qualificados. Os dados têm de ser necessariamente comparativos. Nós não podemos trabalhar com dados absolutos, porque eles não querem dizer nada. Se eu tenho uma cidade de 1 milhão de habitantes e 3 homicídios, isso tem um significado. Se eu tenho uma cidade de 100 habitantes com 3 homicídios, nós estamos falando de uma calamidade. São realidades completamente diferentes.

Quando eu tenho áreas que são completamente incompatíveis com setores censitários do IBGE, como ocorre em todo o Brasil... As áreas sob responsabilidade de uma companhia ou de um batalhão da Polícia Militar não têm, em geral, salvo exceções, no caso de coincidir com municípios etc., de uma maneira geral, essas áreas não têm nenhuma relação com os setores censitários do IBGE, que são as unidades mínimas para as quais há informações demográficas, sociais, econômicas, etc. Sem que nós disponhamos de informação mínima demográfica... A demografia não é o único elemento, porque nós sabemos que há muitos deslocamentos nas cidades e há pontos que são de concentração populacional por fluência de trânsito e de trabalho, como os centros das cidades. Os centros comerciais das cidades não são áreas de moradia e são áreas de muito fluxo. Portanto, seria um equívoco simplesmente comparar com uma população habitante, residente nessa área. É preciso cálculos mais complexos. No entanto, é indispensável que nós disponhamos de informações sobre unidades censitárias, sobre o território e sobre a demografia.

Se nós fizermos com que se compatibilizem as áreas sob responsabilidade de unidades policiais civis, delegacias distritais ou militares, companhias e batalhões, se nós fizermos essa compatibilização com essas unidades censitárias e seus múltiplos nós teremos acesso, disporemos de informações que nos permitirão diagnosticar os problemas, avaliar, depois, resultados e definir e planejar políticas.

Na área sob responsabilidade do Batalhão 23<sup>o</sup>, que no caso do Rio de Janeiro é responsável pela Zona Sul e outras áreas, quantos crimes ocorrem em termos absolutos? Qual o significado que isso tem, do ponto de vista populacional? Como é



que nós podemos comparar a gravidade desses fatos com o que ocorre em outras áreas? Então, é indispensável, absolutamente fundamental que nós organizemos, promovamos essa compatibilização das áreas sob responsabilidade de cada unidade policial com os setores censitários.

E, mais. É necessário que haja uma sobreposição entre as unidades sob responsabilidade de cada comando local militar, da Polícia Militar e da Polícia Civil. Isso é absolutamente crucial para que possa haver o mínimo de integração entre ambas as polícias na base do trabalho. É impossível pensar qualquer modalidade de cooperação entre as instituições se ela não se der na ponta. E, na ponta, é indispensável que elas operem sob uma determinada circunscrição territorial. E operem não no sentido reativo, no sentido do voluntarismo espasmódico, do voluntarismo reativo, que costuma caracterizar as nossas unidades. Elas têm que se apoiar em informações, planejar suas ações, avaliar os resultados do que faz. E, nesse sentido, para elas, é indispensável a construção dessas áreas integradas de segurança pública, sempre compatíveis com as unidades censitárias os seus múltiplos. Esse trabalho, que é o dever de casa fundamental para qualquer gestão de segurança pública, foi feito precarissimamente aqui conosco. Isso foi descontinuado, e nós não temos senão esforço importante, meritório, de Minas Gerais como exemplo de sucesso nesse caminho.

Esses problemas todos aqui elencados convergem para o seguinte, eu posso concluir enfatizando esse ponto: nós não temos, de fato, gestão na segurança pública, não porque haja deficiência dos gestores, incompetência dos profissionais da área, mas porque não há instrumentos e mecanismos efetivos de gestão. Nós não dispomos dos mecanismos indispensáveis para a gestão, porque, para uma gestão racional — e desculpem a caricatura, isso é muito grosseiro, até vulgar, mas é preciso que se enfatize — nós precisamos dos dados minimamente qualificados, com mínimo de rigor, que são básicos para um diagnóstico, que, por sua vez, funciona como uma plataforma a partir do qual um determinado planejamento se elabora, planejamento que será executado e que terá de ser necessariamente avaliado.

Nós não temos como aprender com os nossos erros se nós não os identificamos. O problema não é o erro, nós somos humanos e erramos, as



instituições também, o problema é não sermos capazes de identificá-los, porque assim nos tornamos escravos deles, e nós os repetimos. A situação da segurança é inercial, porque nós reproduzimos as nossas rotinas acriticamente. E nós temos sido reativos, porque reagimos às demandas que nos convocam mediadas pela política, pela mídia etc. E não temos tido protagonismos, não temos sido proativos, não pudemos nunca implementar efetivamente um certo caminho, qualquer que seja que nós viemos a escolher, porque nós não dispomos, seja dessa base de dados mínima em função do programa da área, da territorialidade, porque não temos pessoal qualificado, equipamentos, funções e rotinas.

Às vezes, nós temos equipamento, não temos pessoal qualificado; às vezes, temos um dos 2 ou os 2, mas não temos funções e rotinas. O sujeito faz um treinamento nos Estados Unidos, volta para cá, compram equipamentos sofisticados e o Estado Maior designa esse sujeito para ir para rua, para esquina e tal, porque isso é mais importante, porque o Governador pressiona, telefona para o Comandante-Geral etc. Se não há uma rotina, uma função, nós podemos ter o equipamento e a qualificação. Isso tudo tem de ser pensado de forma integrada.

A questão da avaliação, eu gostaria que não parecesse, de jeito nenhum, acadêmica, no sentido negativo, pejorativo da palavra. Não é acadêmica a preocupação, a preocupação é absolutamente prática. Nós não temos avaliação no Brasil. Não há nenhum Estado brasileiro, Minas é o mais avançado nessa direção, mas ainda não conseguiu, de fato, implementar essa orientação. Não há nenhum Estado funcionando com avaliação do resultado do que realiza nessa área. E se nós não temos essa avaliação o que é que nós temos em lugar disso? Relatórios de atividades, pedindo a todos os chefes de Polícia e Secretários do Brasil — quando eu era Secretário Nacional... — qual é a avaliação que faz da sua força, do seu trabalho, da sua política no último semestre, no último ano. Ele diz: "*Ah, pois não, por favor, aqui o documento*". Um belíssimo relatório de atividades: quantos nós prendemos, que tipo de prisão, quantas drogas apreendemos e quantas armas apreendemos. Pronto, eis aqui a nossa realização. Mas você pode perder 3 quilos por jogador, você pode fazer uma esforço extraordinário, pode chegar à área 14 vezes, mas pode perder o jogo por 4 a 0. O nosso problema é avaliar o que tem significado, a prisão, a apreensão.



O Dr. Paulo Lacerda, ex-Diretor da Polícia Federal, quando nós dávamos palestras juntos para os Secretários Estaduais, lembrava um exemplo que ele viveu. Uma vez ele ficou orgulhoso por ter parado um caminhão e ter apreendido drogas, uma tonelada de cocaína etc. E aquilo entrou para o seu currículo e para o currículo institucional naquele ano. Mais um milhão... mais mil quilos apreendidos de cocaína. Muito bem, a Polícia Federal fez o trabalho. Ele depois se deu conta que ele cometera um erro profissional básico, porque se ele seguisse esse caminhão, ele teria chegado a uma rede varejista de distribuição da droga numa determinada região metropolitana, o que o levaria provavelmente a um resultado muito mais eficiente, muito mais relevante. Ou seja, a mera apreensão não tem significado em si se nós não nos perguntarmos sobre o resultado disso, as prisões, quem tem sido preso, por que o crescimento das nossas taxas de encarceramento, que impacto efetivamente isso tem produzido ou que efeitos negativos etc. Essas reflexões que são triviais, que são básicas para qualquer gestão da quitanda da esquina, da universidade ou de uma empresa qualquer, essas reflexões, essas questões, essas perguntas básicas não são sequer formuladas. Por isso, eu dizia que a taxa de investigação e de esclarecimento ela é espantosamente baixa, mas mais espantosa ainda é a ausência da informação e a ausência de cobrança por informação e de falta de perplexidade quando se diz à sociedade que faltam essas informações, porque isso denota absoluta inexistência de uma gestão efetiva no sentido racional mais trivial.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Esse tipo de raciocínio sobre a necessidade da investigação da rede também se aplica ao caso da lavagem de dinheiro, também se aplica até ao homicídio, porque são vários homicídios em série que são interconectados entre si. E é necessário também modificar toda a visão que se tem a respeito desse crime, que é o mais grave, porque ele mudou de natureza. Os homicídios, dentro desse quadro do crime organizado, eles têm que ser tratados de outra maneira.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Obrigado, Alba.

Bom, concluindo para não estender mais, o último ponto. Nós sabemos que a estrutura institucional é fragmentária, nós temos a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal que não dialogam entre si, são unidades importantes, mas não



dialogam entre si, ainda que sejam departamentos de um mesmo Ministério. A SENASP, que tampouco dialoga com essas instituições, a SENASP é formalmente responsável — o Deputado Biscaia também vivenciou esse drama certamente, vivenciou na pele essa dificuldade. Nós éramos, como Secretários Nacionais, responsáveis pela elaboração, formulação de uma política nacional de segurança pública, mas não dispúnhamos de mecanismos ou de autoridade para implementá-la, porque, claro, nós vivemos num mundo federado, num país federado, com autonomias regionais, estaduais e locais que têm que ser respeitadas. Mas, então, não seria viável também atribuir-se à SENASP essa responsabilidade, dado que não é viável a aplicação da sua política.

Há incongruências dessa natureza, e a fragmentação começa na União, se reproduz nessa esquizofrenia institucional absolutamente irracional que quebra o ciclo do trabalho policial e que separa a Polícia Civil e Polícia Militar nos Estados e deixa os Municípios que são unidades fundamentais de gestão à margem de todo esse processo. Crescentemente tem havido o envolvimento dos municípios até por pressão popular na matéria de segurança pública, mas isso se dá quase que à margem da Constituição. As Guardas Civas Municipais vivem ainda o limbo legal, elas já não são as zeladoras dos próprios municipais, como diz a Constituição, mas ainda não são polícia. E eu temo muito por esse processo, eu quero que elas sejam valorizadas e que, no futuro, virem inclusive polícias, desde que polícias de novo tipo, polícias que prenunciam outras possibilidades de institucionalidade da polícia e não sejam meras réplicas dos piores vícios que nós temos.

Finalmente, com esse salário não dá. Vamos falar de Rio de Janeiro? Vamos conversar por aí. É inviável pensar segurança pública séria pagando 800 reais a um policial. Isso é completamente inviável. É claro que, se me permitem, a PEC 300, que é muito atraente para os meus amigos policiais, me parece inteiramente demagógica e inviável, porque você, por decreto, não faz revolução, sobretudo nessa hora e é inviável você implementar no Executivo Estadual qualquer equiparação a Brasília. O Rio de Janeiro tem o pior salário do Brasil, disputando com o Piauí. E nós, para chegarmos ao patamar de Brasília, teríamos de multiplicar por 4 o nosso salário dos policiais, envolvendo inativos etc. Tornaria essa mudança



completamente impraticável. Mas isso não significa que nós não possamos traçar aí um processo modular...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Um cronograma.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Um cronograma, não é, Deputado, voltado para essa valorização. E a valorização do policial, que é crucial, sem a qual nós não vamos a lugar nenhum, não pode se esgotar também no salário. Capacitação, formação e treinamento, mas, além disso também. Não só atendimento a necessidades eventuais, um outro código disciplinar na PM, mas também estratégias e táticas que não os exponham a riscos irracionais, riscos excessivos e despropositados, que é o que também frequentemente acontece no Rio de Janeiro. Tudo isso faz parte da valorização.

E, por último, uma nota crítica. Os coronéis e delegados muitos deles, talvez até a maioria, estão envolvidos com segurança privada ilegal. Essa é uma constatação que vale para o Brasil — essa é minha última observação. Isso vale para o Brasil, não é só para o Rio de Janeiro. Coronéis e delegados estão envolvidos em segurança privada. Eu não me refiro nem aos policiais porque eles estão buscando sobreviver, fazendo, portanto, um superesforço compreensível, digno e honesto, ainda que nos descaminhos aí da marginalidade, da ilegalidade, mas buscando honestamente a sua sobrevivência, em função desses salários absurdos.

Ocorre o seguinte, ocorre o que eu chamo de *Budget Cat*, que é o "gato orçamentário". O Rio de Janeiro... Isso não é só carioca ou fluminense, não, isso acontece em outras áreas. Mas existe o "gato orçamentário". O "gato orçamentário" (*risos*) é o seguinte: é uma conexão clandestina, informal, entre a segurança privada, informal, ilegal e o Orçamento público. Por quê? Porque o Orçamento público só resiste ao colapso por conta do segundo emprego do policial. É o bico que viabiliza um orçamento que é irreal, ele é artificial, ele não se sustenta. Por que não há movimento no Rio de Janeiro, demandas fortes, greves, problemas, o que levaria ao colapso o tal orçamento no Rio, que é inviável? O que impede tudo isso, ou retarda tudo isso, é o bico, é a tolerância com o bico.

Então, o bico passou a ser aceitável, tolerável. E, mais que isso, funcional e indispensável. Não há um Secretário de Segurança neste País que reivindique do



Ministério da Justiça e da Polícia Federal, por convênio, que é possível fazer, a responsabilidade por fiscalizar, porque sabe que vai encontrar lá não só os pequenos policiais ali buscando dignamente a sua sobrevivência, mas porque sabem que vão encontrar lá delegados e coronéis com empresas poderosas, com nomes de testas de ferro. Mas isso é tão grave para a segurança pública — e não falo isso por ideologia não, eu falo isso com consideração prática. Porque, vejam, na segunda-feira, o superior hierárquico comanda um inferior hierárquico e exige-lhe respeito etc. Na terça-feira eles são cúmplices do ilícito, são sócios do ilícito. Na quarta se reencontram na sua unidade de trabalho institucional. De que maneira? Segundo ponto, nos dias de folga, será que o policial vai cumprir as orientações do seu comando ou vai atender a sua clientela indiretamente com um certo tipo de trajetória que seja mais compatível com as necessidades de quem os contrata nos dias de folga?

E, por último e mais grave, nós temos hoje turnos de trabalho que são absolutamente irracionais, 24 por 72, duas por 48. Ninguém trabalha 12 horas, muito menos 24, e as interrupções são inviabilizadoras de qualquer trabalho também, mas...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Essa é a escala do bico, né?

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - É a escala do bico. Se você altera e racionaliza isso, se alguém ingênuo chega lá e diz: "*Não, isso é um absurdo, vamos racionalizar?*" Você quebra a espinha dorsal do bico e, com isso, você projeta toda demanda contra o Erário público, você promove o colapso do Orçamento público. Isso inviabiliza a segurança. Olha, se nós estamos falando em milícia, e as milícias são o problema mais grave hoje do Brasil, do Rio de Janeiro, sem dúvida, e, em pouco tempo, provavelmente do Brasil pelas consequências todas que nós já examinamos, nós temos de entender que a origem... são várias as origens. Mas uma origem fundamental é essa: a segurança pública privada ilegal grassou à sombra da fiscalização pública, porque a Polícia Federal não tem instrumentos, não tem pessoal e não tem interesse em meter a mão nesse vespeiro, nenhum Governo Estadual quer mexer com isso.

Nós continuamos contemplando essa situação abstrusa como se ela fosse também parte da natureza da paisagem do Rio glorioso. Nós não vamos a lugar





nenhum se não começarmos por aí. E isso significa tratar o salário, isso significa fiscalizar para valer a segurança pública privada, informal. Ou nós legalizamos tudo isso. Eu prefiro a solução de dedicação total, exclusiva, mas, se isso não for viável, eu prefiro a legalização do que há, para que nós possamos pelo menos regulamentar e fiscalizar, a essa hipocrisia brasileira que define o ideal na lei e depois tolera a pior situação, aquela que vai nos levando a esses descaminhos. Por quê? A omissão na fiscalização, que é compreensível em função do “gato orçamentário”, acaba produzindo o quê? Todo tipo de desenvolvimento metastático aí da segurança informal, privada e ilegal, cuja manifestação mais dramática é a própria milícia.

Então, essas são algumas considerações, mas que eu acho podem ser todas enfeixadas por aquela observação inicial. É complexo, multidimensional, isso significa que exige políticas intersetoriais e um novo sujeito da gestão pública, uma reforma do Estado. E também mudanças institucionais muito profundas. É possível avançar se não alterarmos todo esse quadro macro? Claro que é possível fazer muita coisa nos limites que hoje há, mas o que é possível fazer é muito limitado e muito inferior às necessidades do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Prof. Luís Eduardo Soares, pela sua contribuição, que muito nos ajuda.

Gostaria de registrar a presença do Deputado, pelo Estado do Rio de Janeiro, Fernando Gabeira, que nos honra com a sua presença nesta audiência pública, que está sendo transmitida ao vivo pela *TV ALERJ* para todo o Estado do Rio de Janeiro.

Eu vou passar a palavra agora para o Relator, Deputado Paulo Pimenta. Logo em seguida vou colocar todos os outros, porque somos só 3, basicamente, excluindo o Presidente. Então, o Paulo pergunta, em seguida o Biscaia, o Chico, o Gabeira, pela ordem, e os senhores respondem de uma vez só, porque nós temos, evidentemente, não só o horário de almoço para todos, como também uma agenda hoje à tarde, uma série de visitas. Nós vamos à Cracolândia etc. etc. e seria bom poder contar com a sua presença, Gabeira.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Ontem houve um problema muito sério de conexão e o nosso avião acabou em Minas. Nós não pudemos voltar a tempo e isso desarticulou toda a agenda do dia. Então, peço desculpas, vi pela



imprensa que a Comissão reclamou da minha ausência, mas talvez porque a Comissão não conheça as dificuldades do Rio. Mas, na verdade, tivemos um dia muito complicado ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Mas só um esclarecimento: a Comissão reclamou? Ninguém aqui fez nenhuma observação.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Saiu uma nota no jornal dando conta de que nós damos muita atenção ao tema campanha eleitoral, mas não estivemos presentes... O problema é que realmente foi um dia muito confuso ontem no Rio. Os cariocas entendem, não tem nenhum problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Justificado. Mas, acredite, não partiu de nenhum membro da Comissão. Nem sabíamos disso.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Paulo Pimenta. Em seguida o Deputado Biscaia.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer mais uma vez pela presença dos senhores e da senhora aqui. E dizer que me sinto numa situação, diria assim, até privilegiada, porque nesses últimos 45 dias tive a oportunidade de ouvi-los; de ouvir o Prof. Sérgio Adorno; a Dra. Paula Miraglia; o Dr. Renato Sérgio Lima, do nosso anuário; o Júlio Jacobo; o Delegado-Geral da Polícia Federal; o Secretário de Justiça da Bahia; o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, com toda a sua equipe; o Secretário Nacional de Segurança Pública; o Secretário Executivo do PRONASCI.

Talvez tenha tido a oportunidade de ter reunido e ouvido de maneira concentrada boa parte dos principais especialistas, estudiosos da matéria. É como se eu tivesse feito um curso de especialização concentrado nos últimos 45 dias, o que para mim é muito importante, dentro do esforço que a gente está fazendo.

Esta CPI tem uma característica muito particular, ela tem a possibilidade de produzir resultados sem se deixar contaminar pelo interesse de investigar A ou B, tampouco pelo cenário político-eleitoral, que muitas vezes acaba atravessando no nosso trabalho.

Então, estou bastante entusiasmado pelo próprio grupo que faz parte da Comissão.



Quero dizer que todo esse material está sendo muito importante, inclusive para os técnicos que estão trabalhando conosco no sentido de pensar essa questão toda.

Eu não vou fazer nenhuma pergunta, vou fazer uma observação, até mesmo para que possamos dialogar da melhor maneira possível.

De fato é muito difícil se encontrar um ponto de partida para a abordagem do tema segurança pública. Eu ouvi aqui pessoas que falaram sobre as mais diferentes... Tem gente que discute o tema violência pública a partir de acidentes de trânsito; outro, sobre o aumento da intolerância nas relações interpessoais na sociedade moderna. Mas eu acredito que o Brasil, hoje, senhores, especialmente a Profa. Alba, cujo trabalho eu acompanho há muitos anos, conseguiu ter um bom diagnóstico. Eu acho que nós temos uma produção teórica, hoje, que nos permite ter um bom diagnóstico, os senhores especialmente. Mas eu diria que nós hoje temos condições de mais ou menos enxergar o problema. Se pegarmos os dados da década de 80 para cá, veremos que eles estão praticamente inalterados, com exceção à faixa entre 14 e 25 anos. Então, podemos enxergar basicamente onde a violência age como protagonista e como vítima. O perfil da vítima, como foi aqui destacado pela Profa. Alba; as regiões, a forma. Isso dá um bom diagnóstico, dá para enxergar.

Então, qual é o desafio desta Comissão? Eu acho que nós temos que ter a pretensão de enxergar algumas coisas ou algumas iniciativas que nós podemos contribuir para que sejam aceleradas ou, pelo menos, chamar a atenção da sociedade para a necessidade de que elas sejam enfrentadas.

Então, eu queria destacar aqui algumas questões que, para mim, são fundamentais a partir desse esforço que nós já fizemos até agora e que vai continuar. Eu quero convidá-los para integrarem essa reflexão. Eu vou explicar aonde queremos chegar. Eu quero dizer-lhes que eu, particularmente, fiquei bastante impressionado com tudo o que ouvi aqui sobre a questão das milícias. Eu tive o cuidado, inclusive, de falar com as pessoas, até por curiosidade. Andei várias vezes de táxi aqui no Rio de Janeiro, fiz questão de puxar conversa e ouvir o que as pessoas falam sobre as milícias.



Esse é um fenômeno que acho que realmente tem que ser muito bem compreendido, porque, se num determinado momento pode ser tratado como uma questão específica do Rio de Janeiro, em função da fragilidade do Estado brasileiro, existe uma grande probabilidade de que ele possa se tornar um fenômeno nacional. Mas eu destacaria aqui alguma coisa. Primeiro, a questão das armas, não é, Dr. Rangel, Profa. Alba? Eu tenho plena convicção de que a chave da história, do ponto de vista especialmente do crime organizado, o domínio de área territorial, é a arma. E a arma, diferentemente da droga, é possível de ser rastreada. Podemos saber onde ela foi fabricada, para quem ela foi vendida.

Ontem vimos um trabalho muito bem elaborado pela Polícia Civil, foi mostrado aqui um vídeo sobre algumas apreensões recentes de armas. Um trabalho importante de inteligência da Polícia. Mas é inaceitável que esse volume de armas entre no País. Foi dito aqui ontem que 80% das armas que entram no Rio de Janeiro — armas longas, Rangel, não estamos falando de pistola, de revólver, mas de fuzil, arma de guerra, que tem sido apreendido —, vêm pelo Paraguai, atravessam a fronteira. Nós temos lá estruturas da Receita Federal, da Polícia Federal. Vão até Brasília, pelo roteiro que a Polícia seguiu, passam por inúmeras estruturas de ICN, Polícia Civil, Polícia Militar, Receita Federal, e vêm cair aqui em Uberlândia. Passam por praças de pedágio as mais distintas — investimentos em raio X da Receita Federal foram feitos aos milhares e milhões por este País —, e vêm cair em Uberlândia. Vêm a São Paulo, entram na Via Dutra, caem aqui dentro do Rio de Janeiro; viajam não sei quantos mil quilômetros. E o Estado não detecta, não tem nenhuma capacidade?

Então, o que falta, de fato, eu concordo plenamente, é uma política específica para a questão das armas. Porque sem essa arma de guerra não tem PCC, não tem Comando Vermelho, não tem... Tire a arma de guerra da mão do bandido e ele se torna um rapaz bem comportado. Tire a arma de guerra da mão do bandido e já se resolverá boa parte do problema do controle territorial.

Segunda questão que eu destacaria como fundamental é a do sistema carcerário. Quando eu falo aqui do sistema carcerário, do sistema penal, falo também da falência desse modelo de penas alternativas, que nunca chegou a ser



colocado em prática para valer no País, porque não tem quem acompanhe a execução.

Do meu ponto de vista, essa questão, hoje, é chave. Por que estou falando dela? Porque, de certa forma, com o modelo de sistema carcerário que nós temos hoje, as unidades prisionais estão nas mãos das organizações criminosas. Em regra é isso, cada unidade prisional é controlada por uma organização, por uma facção criminosa. Cada cidadão, ao ser preso, é recrutado para o Estado para ser membro de uma organização criminosa, porque cada cidadão que chega a um presídio e não faz parte de uma organização vai ter que optar por uma, até por questão de sobrevivência. Como o índice de reincidência do sistema é de 80%, ou ele se integra ou morre.

Então, o Estado, hoje, financia um esquema de treinamento das organizações criminosas dentro dos presídios, sem nenhuma eficiência.

Eu procurei informações sobre alguma experiência bem-sucedida de presídios que a CPI pudesse visitar com boas práticas. Não me indicaram nenhuma no Brasil. Nós pegamos o Orçamento do ano que vem. A LDO chegou à Câmara agora. Praticamente não tem dinheiro. O programa lançado, Presídio Jovem-Adulto, para jovens de 19 a 24 anos, no ensino fundamental, médio, profissionalizante, para sair um jovem com uma profissão, não tem nenhum. Nenhum! Fizemos não sei quantos mil quilômetros de estrada, construímos não sei quanto. Não conseguimos fazer 1 presídio, fora os presídios de segurança máxima.

Então, não acredito em qualquer proposta para valer que possa avançar, se não tratar essa questão do sistema carcerário.

Terceiro lugar, perícia e programa de proteção à testemunha. Se nós não tratarmos dessa questão para valer — perícia autônoma, investimento, instituto de perícia e programa de proteção à testemunha —, não acredito em nenhuma política que realmente possa avançar e ter sucesso.

Cada vez mais me convenço da necessidade de incluirmos os municípios como parte integrante, para valer, desse Sistema Nacional de Segurança Pública. O Estado e a União não têm capacidade de fazer política de prevenção e inclusão. Isso só pode ser feito pelos municípios. Nós precisamos discutir todos os resultados



que eu enxerguei, que avançaram de maneira positiva, passaram pela participação do município.

É impossível a gente imaginar Polícia Civil, Polícia Militar, quando falam as áreas integradas. O município tem que ser parte integrante. Isso vai ter que levar a uma mudança da legislação que integre o município, porque qualquer política de inclusão de que a gente vá falar aqui de inclusão, seja da forma como for, obrigatoriamente terá que envolver a figura das cidades, que é onde as pessoas moram. Então, eu acho que o município, como parte integrante, é fundamental.

Duas últimas questões: a questão do bico. No meu ponto de vista, essa questão remete para a minha última questão, que é a história do financiamento da segurança pública.

No meu ponto de vista, essa questão do bico é um dos tantos acordos tácitos que ao longo dos anos o Estado firmou com organizações criminosas para poder administrar o caos. Eu, particularmente, tive uma experiência importante de investigação do sistema penitenciário de São Paulo e me convenci disso aí. Tenho um convencimento claro sobre isso. Inclusive, na época, quando nós investigamos todos aqueles episódios do PCC, eu ouvi vários membros da organização criminosa. Eles diziam isto: *“Mas como, doutor, nós fizemos a nossa parte, faz 7 anos que não tem rebelião. Nós estamos ajudando o pessoal, dando sabonete, papel higiênico, ajudando as famílias. Agora, como é que querem nos tirar o direito de ter telefone? Como é que nós vamos ficar isolados aqui dentro, doutor? Nós fizemos a nossa parte, nunca mais teve motim, nunca mais teve problema. Agora, para que nos remover daqui?”*

Então, o que é isso? Isso é uma compreensão, por parte da organização criminosa, de um acordo com o Estado. Só que chega um determinado momento em que isso explode, é evidente. E, do meu ponto de vista, essa realidade das milícias no Rio de Janeiro tem muito a ver com isso. Eu acho, Dr. Luís Eduardo, que de fato esse número destoa da média nacional. São Paulo teve 270 — se não me engano — pessoas mortas por policiais no ano passado. No Rio de Janeiro, todos os anos, passa de mil. Eu tendo a achar que isso tem muito a ver com essa questão da milícia, controle de área territorial, porque essa lógica da escala 24 por 72, em que, fundamentalmente, o cara permanece no Estado só para poder ter a arma legal e a



carteira de policial, sem resolver, do meu ponto de vista, não tem solução, porque ela é a institucionalização dessa relação promíscua e criminosa do Estado, com uma estrutura que é fundamental na democracia, que é a polícia. E aí eu caio aqui na minha última questão, que é a questão do financiamento.

Eu sempre fui muito reticente à ideia de vinculações orçamentárias, mas estou me convencendo cada vez mais de que, nem que seja com caráter transitório, nós precisamos estabelecer no Brasil uma espécie de plano de metas, com finalidade clara, e implementar uma política de vinculação de receita para a segurança pública, fixando o comprometimento da União, dos Estados e dos Municípios, pelo menos a partir de uma determinada população, seja ela qual for. E qual é a nossa pretensão? Nisso eu acho que vocês podem nos ajudar muito. Nós precisamos chegar, nem que seja de maneira estimada ou provisória, num número. Qual é esse número? O que custaria para o Brasil ter uma política de segurança pública mais ou menos decente? Foi-nos apresentada pelo Dr. Renato aquela análise do anuário do ano passado, 2007, que a União e os Estados juntos investiram em segurança pública no Brasil 39 bilhões, entre investimentos, pagamento de pessoal, estrutura.

Nós queremos ter a pretensão — falo aqui até pelo que temos conversado informalmente — de chegar a um número nesta Comissão. Que número é esse? Bom, quanto eu preciso, para valer, para ter minimamente uma política de sistema penitenciário decente? Quanto custa? São 100 presídios para jovens e adultos? Duzentos? Cinqüenta? Vamos ouvir esses especialistas e chegar a esse número. O que é preciso para termos uma política de perícia minimamente decente? E para implantar uma política de fronteira? Quanto é preciso aportar mais em programas como o PRONASCI para poder minimamente dar conta dessa população de 20% entre os jovens de 15, 25 anos? Trinta e cinco milhões, 7 milhões de brasileiros que estão fora do mercado, estão fora da escola. Nós precisamos chegar a esse número.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Nós precisamos chegar primeiro ao projeto.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu entendo, Gabeira, mas o que acontece? Nem que seja uma coisa provisória, porque, historicamente, o que a



saúde e a educação fizeram? Trabalharam com metas, com objetivos de médio e longo prazos. Temos clareza. Eu entendo, nós não vamos ter um projeto completo e acabado. Mas nós podemos elencar, minimamente, para um determinado período, um conjunto de questões fundamentais. Elas não vão ser definitivas, mas podem nos ajudar a resolver parte do problema. Eu quero provocar um debate sobre a necessidade de alocarmos recursos para isso, porque não adianta nós discutirmos bico; não adianta discutirmos sistema carcerário; não adianta discutirmos tudo isso se não tivermos dinheiro. E vamos pegar a proposta de Orçamento e não haverá dinheiro de novo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Perfeito.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Vai haver uma diferença entre custo muito grande, conforme o projeto. E, segunda coisa, dependendo da qualidade da gestão, também pode-se diminuir o custo e ter mais eficiência.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Com certeza, professora. Com a saúde também é assim. Quanto mais melhorar, teoricamente, menos se gasta. Mas é uma questão transitória. Se nós não chegarmos a uma definição mínima que obrigue o Estado a fazer um investimento pelo menos por um determinado período, que não aconteça o que acontece hoje, que, muitas vezes, quanto mais a Secretaria Nacional de Segurança Pública transfere recursos para os Estados, mais eles se retiram do problema.

Eu repasso o recurso para o Estado, em vez de aquilo ser um *plus*, o Estado retira a sua parte. Isso é o que acaba acontecendo na prática. Se nós não tivermos um esforço concentrado no investimento, que não vai ser perfeito, que não vai resolver tudo, mas que possa, minimamente, enfrentar determinadas questões, num prazo de 5 anos, 3 anos, 10 anos, do meu ponto de vista, não é contraditório que o conjunto de outras políticas continue sendo desenvolvido. Nós estávamos com as estradas esburacadas no Brasil. Fomos lá e criamos a CIDE — Contribuição de Interferência sobre o Domínio Econômico. Foi criada para resolver o problema dos buracos das estradas. Foi feito um grande projeto de investimento, e executado. Recuperaram as estradas, e a CIDE continua existindo. Eu não sei se o caminho é esse, mas estou defendendo a ideia de que precisamos discutir um projeto claro e





discutir um recurso para implementar o projeto que seja discutido com a sociedade, mas que tenha uma finalidade específica, para que eu saiba que aquele dinheiro vai ser para fazer isso, para fazer isso, para fazer isso, e ganhar o investimento da sociedade para um projeto como esse. Já falei mais do que eu deveria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Biscaia) - Bom, nós vamos prosseguir. São 2 intervenções, a minha própria, a do Deputado Francisco Tenório e a do Deputado Fernando Gabeira, se assim o desejar. Em seguida os expositores farão suas considerações finais. Minha intervenção também será breve.

Quero registrar a importância das intervenções das pessoas no dia de ontem e de hoje. Foram competentes e brilhantes antropólogos, professores, cientistas sociais e políticos. Ontem foram o Prof. Ignacio Cano e a Jacqueline Muniz. Hoje, Alba Zaluar, Rangel Bandeira e Luís Eduardo Soares.

Se extrairmos algumas das afirmações, teremos os caminhos para enfrentar o problema da violência e da criminalidade. Todos assinalaram uma mesma linha da complexidade e da dificuldade, mas sem perder a expectativa positiva de que há uma luz no fim do túnel.

Quero mencionar, primeiro, que tenho absoluta concordância com todas as exposições. A questão que envolve as armas é o nosso desafio, o desarmamento. Eu tenho uma posição radical contra isso. E o debate que se enfrenta na Câmara é um debate muito sério. Eles estão, progressivamente, Prof. Bandeira, querendo acabar com o Estatuto do Desarmamento. Essa é a realidade. Semana passada mesmo vi um golpe na Comissão de Segurança Pública. Eu dei parecer contrário ao porte de arma a guardas-parques. Esse projeto permitia o porte de arma aos guardas-parques.

Eu fiz uma análise. Tinham mais de 40 projetos com diversos objetivos, ou armando todo mundo, ou reduzindo as taxas, ou isentando de capacitação técnica no caso da maioria das armas. Elenquei todos que estão tramitando e dei parecer pela rejeição, desde os guarda-costas. Fizeram uma manobra, inverteram a pauta, ainda me inventaram a ausência e derrotaram o meu parecer e aprovaram. Então, é todo um trabalho pelo armamento de uma maneira geral, como se isso significasse algum avanço. E, para me provocar, eles sempre dizem: “*Não, então, vamos também discutir a questão dos promotores de Justiça*”. Eu digo: “*Perfeitamente, eu*



*sou contra o promotor andar armado, não vejo razão para isso. Nunca andei armado e não vejo razão*". Se ele eventualmente corre algum risco, pode requisitar o apoio das instituições policiais nesse sentido.

Então, esse é o ponto que nós temos que enfrentar com toda a firmeza. Depois do Estatuto, houve um declínio. Mas parece que hoje as questões já estão reacendendo, por falta até de campanhas educativas em todo o País. Esse é um ponto. Quer dizer, o outro ponto, que o Professor Luís Eduardo Soares conhece mais do que ninguém, na forma de estudo e depois na experiência prática, o papel do Município que também é uma questão que também acho essencial, e aí concordo inteiramente, nós não vamos, como alguns advogam, criar uma nova polícia municipal, se for para repetir o modelo, também não, mas buscar essa experiência importante nesse quadro todo.

Por último, aquilo que eu considero, e aí, sim, vou colocar uma indagação aos expositores, porque o que eu verifiquei de todas as exposições, e aí especificamente problema que traz na CPI ao Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem esse símbolo hoje, em todo o País, de ser a Cidade e o Estado mais complexos e mais gravemente atingidos pela violência. Quer dizer, isso você percebe em todas as afirmações. Até de alguns servidores que vieram da Câmara, que são de Brasília, assustados: *"Será que nós podemos sair daqui para ir almoçar ali?"* Também não chegamos a tal ponto. Mas esse é o sentimento. Tenho parentes no Rio Grande do Sul que pensam o mesmo. Não querem mais vir ao Rio de Janeiro, porque acham que você sai e pode, a qualquer momento, ser atingido por uma bala perdida ou por uma bala não pedida, intencional. Então, esse quadro grave do Rio de Janeiro tem duas questões, os territórios ocupados, o que foi muito bem colocado aqui pelo Professor Luiz Eduardo Soares, e ontem também todos afirmaram: são áreas ocupadas pelo crime organizado.

Por outro lado, nós tivemos aqui, ainda ontem, os integrantes da cúpula da Segurança Pública do Estado, o Secretário de Segurança, o Chefe Polícia Civil e Militar, área de Inteligência e assim por diante. E todos também trataram dessa questão de terem os territórios controlados pelo crime organizado, e uma política de guerra ao crime. Então, existem áreas ocupadas pelo crime organizado e a política de guerra ao crime. E todos nós sabemos que essa guerra ao crime não tem



produzido, e não produzirá, a necessária paz nesse território que todos nós queremos.

Então, eu acho que é essa indagação, quer dizer, como aqui, no Rio de Janeiro, nós poderemos enfrentar esse grave problema sem que tenhamos esses índices em torno de 100 mil mortes, a partir de 2003, de vítimas pelas autoridades policiais. Só alguma coisinha que nos contribua para reflexão.

Com essas considerações, eu também concedo a palavra ao Deputado Francisco Tenório, para sua intervenção.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO** - Deputado Biscaia, neste momento assumindo a Presidência desta CPI, senhores convidados, Dr. Luís Eduardo, Dra. Alba, Dr. Antônio Bandeira, eu quero iniciar fazendo uma referência à PEC nº 300. Todos que nós ouvimos aqui se referem à má remuneração do policial, ao bico como complemento de renda, e até à falta de uma melhor formação do profissional policial. O Dr. Luís Eduardo disse que, da forma como está, a PEC nº 300 é demagoga.

Eu até entendo a afirmação, mas o objetivo não é esse. No momento em que a gente propõe uma PEC — e eu não sou autor desta, mas faço parte da Comissão Especial —, às vezes até se propõe com o objetivo de discutir o tema. E tenho certeza de que o Deputado Arnaldo Faria de Sá, quando a fez, fez assim sucintamente, objetivamente, vai até, se necessário, uma melhora na sua redação, mas o objetivo dele, que passa também pelo nosso acompanhamento, é discutir o tema da remuneração policial no Brasil.

Nós temos uma remuneração policial militar do soldado, aqui no Rio de Janeiro, em torno de 1 mil a 1.500 reais, no Brasil, exceto no Distrito Federal, uma remuneração federal, que aí oscila de 3,5 a 4 mil/soldados. Enquanto isso, nós temos essa escala, essa hora de trabalho de 24 por 72, que na realidade não dão os 24. Então, num primeiro momento, se a gente equilibrar essa remuneração ao policial do Distrito Federal, nós vamos ter em torno de 1 para 3; 1 para 2; 2,5 em alguns Estados melhores — está em torno de 1.500 reais —, e, no Rio... O Rio Grande do Sul parece que é pior do que o Rio de Janeiro, ou se assemelha.

Em compensação, a gente pode, na mesma PEC, encurtar essa carga horária. Então, o Estado que tem hoje 10 mil policiais e precisa contratar mais 2 mil



por ano, pode reduzir nessa contratação, aumentar no salário, e a gente ter uma quantidade menor de policiais, mas uma melhor formação e uma melhor remuneração. Porque eu não consigo ainda entender como é que o Rio de Janeiro consegue fazer com que o policial militar trabalhe. Com esse salário tão baixo, como é que você entusiasma? E a gente vê que essa autoestima policial está lá embaixo. Muitos ainda ficam na Polícia pelo *status* policial, pela carteira e a arma, para poder exercer essa atividade, ganhando mais no bico.

Então, é preciso que nós comecemos a pensar essa PEC como um momento de discutir a remuneração policial, não só pela valorização individual do policial, mas como, aumentando essa questão remuneratória, reduzir a necessidade de ele participar do bico. Todas as vezes que o policial começa a se envolver no bico, começa a fugir do seu objetivo policial para objetivos particulares. Eu sou delegado de polícia, trabalhei muito tempo com policiais militares. Porque lá no meu Estado, você tinha o Delegado de Polícia Civil, mas não tinha agente de Polícia Civil suficiente. Então, você tinha os militares como agente de polícia civil.

Há ainda um erro grande na questão de as Polícias trabalharem separadamente. Às vezes, uma pequena cidade do interior tem uma delegacia de Polícia Civil e uma companhia de Polícia Militar, um pequeno agrupamento policial militar. Às vezes, sem nenhuma estrutura física, tem duas casas alugadas, e o Estado mantém aquilo. Uma coisa assim sem sentido. Toda a vida eu fui contra isso, tentei essa unificação. Pelo menos começar física e culturalmente, na formação, para, quem sabe, a gente partir para a questão do ciclo completo de investigação, com o qual eu também concordo e acho extremamente importante.

Mas também quero me referir aqui a outros temas. Por exemplo, todos que nós ouvimos se referem à questão droga e arma. Eu queria ouvir opiniões. As opiniões do Biscaia, eu já conheço, porque nós debatemos sempre lá na Comissão de Segurança Pública. Mas dos senhores e das senhoras que estão aqui, com referência, vamos dizer... a política antidroga hoje no Brasil é correta? Discute-se a descriminalização do uso da droga. Discriminar o uso, conseqüentemente, é discriminar o tráfico. Não adianta dizer que pode usar e proibir o tráfico, proibir a venda. Então, vai manter o crime.



Então, essa é uma coisa sobre a qual eu quero ouvir opiniões, como também a questão do armamento ou do desarmamento. Alguém disse aqui: *“Nos Estados Unidos você pode comprar um fuzil”*. No Brasil, você não pode ter em casa uma espingarda soca tempero. A criminalidade no Brasil é maior do que nos Estados Unidos. Qual a consequência disso?

Não queremos ver aqui a questão da criminalidade apenas pelo aspecto, vamos dizer assim, da grande densidade demográfica, da heterogeneidade da população. Essas sutilezas têm influência, sim, mas é difícil você tocá-las como os pontos principais a serem estudados. Como nós vamos conseguir resolver a questão da heterogeneidade, do migrante e do imigrante? Não tem como. A questão da densidade populacional é fato real, inevitável e que a gente jamais vai poder modificar no Brasil, embora com a territorialidade tão grande que nós temos. Mas a densidade é natural. Eu, como pessoa que vim de origens rurais, eu discutia muito, com ênfase, a questão da valorização do homem no campo, na sua origem campal. Hoje eu já não tenho essa visão, já defendo a infraestrutura urbana, a melhor condição de vida, até mesmo para quem trabalha no campo.

Então, eu queria ouvir essas opiniões. Não quero falar muito aqui; eu quero escutar mais para que eu consiga aprender mais. Nós estamos já no momento em que procuramos propor políticas de segurança pública que venham a minimizar essa questão da violência. É importante. O Rio de Janeiro tem sido o laboratório desse processo, pelo índice de violência elevado, pela guerra da polícia contra o bandido, pelo alto índice de homicídios praticados pela polícia, e até também a sua topografia tem sido esse grande laboratório. Hoje é importante ver que o Rio de Janeiro não é mais a cidade mais violenta, pelos últimos estudos. E nós passamos a ter cidades menores com esse índice de violência mais elevado. Esse aspecto deve ser levado em consideração, deve ser estudado.

Há outra coisa que eu ouvi, quando o Dr. Luís Eduardo fez essa referência. A Polícia não faz suas estatísticas. A Polícia faz seus relatórios. E nós devemos ter estatísticas fora dela mesmo, porque a tendência corporativa da Polícia é fazer estatísticas que venham garantir a manutenção do seus comandantes, a omitir fatos. Estatística já é altamente discutida em todo o Brasil. Então não podemos permitir e aceitar que a própria Polícia faça suas estatísticas e que delas nós tiremos



exemplos. Não, deixemos ela fazer seus relatórios, e nós faremos as estatísticas em cima de dados não só policiais. Eu digo isso com relação a evolução de violência; não só de dados policiais, mas de dados gerais, para que a gente consiga formar essas políticas públicas

Eu acho extremamente importante a questão do financiamento da segurança pública e nunca se discutiu o envolvimento dos municípios nas políticas de segurança pública, com uma ressalva: nós temos cinco mil, quinhentos e poucos municípios no Brasil; talvez algo em torno de 5 mil municípios não tenham mais de 10 mil habitantes. Quando a gente começar a envolver, criar guardas municipais, de que formas vamos envolver o município na política de segurança pública? Vamos ter o cuidado de não permitir que se crie mais uma Polícia em cada município, porque Polícia já temos em excesso, nós precisamos reduzir essa quantidade, na minha avaliação.

Mas ficam aqui esses temas para reflexão e opinião do senhores e das senhoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado.

Deputado Fernando Gabeira, por favor.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Vou falar muito menos porque ouvi muito pouco também, e não é razoável que eu fale muito. Em função das dificuldades de ontem, não pude acompanhar...

Agora os temas que eu vi não são novos para mim. A questão da violência no Brasil não é nova, e as pessoas que estão trabalhando com ela já estão há algum tempo falando mais a menos a mesma coisa. Então, a sensação que eu tenho é que nós nos incorporamos à paisagem com as nossas críticas. Não há nada de novo. Existe a violência, as pessoas se dirigem aos políticos, os críticos, e a coisa continua.

Então, todo o meu raciocínio é no sentido de quebrar essa lógica. Acho que a convergência... o Paulo não está aí e tal, eu achei a idéia dele interessante, mas talvez nós pudéssemos partir para uma outra.

Eu acho que o mais interessante é a gente fazer uma frente das pessoas que trabalham com o tema no sentido de colocá-lo no centro da agenda das eleições presidenciais no ano que vem. Transformar esse tema no centro da agenda das



eleições presidenciais. Porque tanto Fernando Henrique, como o Lula, os 2 últimos Presidentes que nós tivemos, têm uma certa distância olímpica da questão da violência. Eles não se metem muito.

Eu me lembro disso, porque quando era repórter policial os jornalistas que trabalhavam com relações exteriores, com educação, viam-nos também com uma certa distância. Havia um preconceito em relação ao trabalho específico sobre violência.

Então, uma das questões que proponho, para falar pouco, é esta: que a gente se una no sentido de fazer uma pressão independente dos espaços que vamos ocupar na campanha presidencial. Um apoia um; outro apoia outro, mas tentarmos criar, como existe na saúde pública, uma espécie de partido da perspectiva de uma nova segurança. Essa é a primeira observação.

A segunda observação me nasceu ontem à noite. Quando chegamos à noite, eu tinha uma entrevista às 11 horas da noite em Botafogo. Nós paramos o carro na esquina — não me lembro bem o nome da rua, não importa — , mas em duas esquinas. Então, o carro foi assaltado. Não o nosso, mas um ao lado do nosso foi assaltado, e nós seguimos o nosso caminho e falamos com o segurança do lugar onde eu ia dar a entrevista. Um carro foi assaltado ali. Sim, mas o comércio está sempre ali até essa hora.

Então, coloca-se para nós a questão da informação. Já se criticou aqui a estatística e tal. Acho que nós temos um papel, acho que uma das linhas é aumentarmos o nível de informação. Uma rua em que há assaltos constantes numa esquina, você não sabe, e isso eu acho que se os Governos continuam incapazes, o caminho é darmos ao indivíduo a possibilidade de ele se defender. O que é o indivíduo ter a possibilidade de se defender? É usar a convergência tecnológica e produzir para o celular dele um mecanismo de segurança, um guarda-costas virtual. Ele vai para a rua tal... se eu tivesse uma entrevista na rua tal às 11 horas, eu entraria ali, no mapa, e falava: *“Nas rua tal e tal, costuma acontecer muito assalto à noite.”* Aí, você já se articula de outra maneira. Acho que um dos caminhos é esse. É mobilizar a sociedade e os indivíduos também para se protegerem, e isso é possível também, sem perder de vista voltar aos Governos, pressionar os Governos, dar às



peçoas a possibilidade de se protegerem. Acho que há países que fazem isso, cada um à sua maneira.

A Suíça é um país onde, se você fizer barulho às 10h30min, sem dúvida a polícia chega. Em Cuba, se você se movimentar... são posições diferentes. Se você se movimentar em uma rua de maneira estranha, o comitê de defesa da revolução vai registrar. Em Israel, também, eu já vi episódios em que o indivíduo se sente responsável pela segurança. Eu acho que é um dos caminhos que temos que tomar em termos gerais para não ocupar muito tempo. Pressionar o Governo para colocar isso no centro da agenda e começar a produzir programas que deem poder ao indivíduo para ele se defender da violência. Não quero dizer armas, mas deem o poder da informação e do conhecimento.

Só para terminar, um comentário final. A única palestra que eu ouvi foi a sua, um fragmento. Essa história do delegado que prendeu os 10 mil quilos de cocaína já havia sido discutida na Câmara dos Deputados e há uma previsão legal, não só para infiltração como para o acompanhamento. Antigamente, não existia, mas já há, por parte do legislador, uma preocupação em garantir esse processo de acompanhamento para que você, ao invés de prender uma carga, consiga percorrer todo o trajeto. Antigamente isso era difícil. Você estava arriscado até a passar como cúmplice, se não fizesse a apreensão. Agora já há uma previsão legal que permite — eu não me lembro exatamente a lei que colocamos, mas me lembro de ter votado isso na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Ação controlada.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Ação controlada, não é? Foi uma lei separada ou foi no conjunto?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Foi no conjunto.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Gabeira.

Antes de voltar a palavra aos nossos convidados, eu também gostaria de fazer rapidamente, como se não fosse suficiente o que vocês vão ter que responder, mais algumas questões.

Alba, poderia aprofundar um pouco como é que se constitui essa hipermasculinidade, ou seja, essa identidade masculina exacerbada. Ontem,





falamos aqui que temos aproximadamente... recapitulando para o Gabeira, Alba colocou que determinados grupos de jovens em algumas áreas e territórios no Rio de Janeiro desenvolvem uma identidade que seria uma espécie de hiperatividade ou hipermasculinização. Por que se forma isso? Qual é o outro dessa identidade? Como é que essas relações se constituem? Por que se forma essa identidade e não outra identidade? Por que não há essa socialização? Por que a escola não consegue? Por que a família não dá? Por que trabalha muito? Por que isso se transforma nesse ícone? É a questão de que fala o Luís Eduardo, quer dizer, deixar de ser invisível. A hipermasculinidade é uma forma de deixar de ser invisível e ganhar visibilidade? Ou porque, a essa altura, para esses grupos aí, os valores simbolicamente positivos estão relacionados, por exemplo, à força, à arma, enfim, à violência, etc etc.?

Uma outra coisa, que, se você pudesse fazer um pouquinho mais de observações — eu sei que o tempo é curto, estamos todos cansados — sobre a questão da relação migração heterogeneidade com a facilitação ou o clima do surgimento da violência. Já conhecemos um pouco fatos a esse respeito, mas poderia dizer uma coisa a mais.

A pergunta seguinte vai para os 3. Em que medida a milícia hoje deriva poder político no Estado do Rio de Janeiro? Ouvimos aqui do Presidente desta Casa...

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Deriva?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Deriva. Ou seja, implica, leva. Porque o meu raciocínio é o seguinte: a milícia tem o controle territorial. Controle territorial significa possibilidades eleitorais de voto. Isso significa representação dentro do aparelho legislativo e o aparelho legislativo dentro do presidencialismo de coalizão que temos, com preenchimento de cargos, vulgarmente chamado de loteamento de cargos, vem daqui, como é do Parlamento, lá em Brasília. Então, isso significaria dizer, na prática, indo de ponta a ponta, que hoje milícia significa possibilidade de participar da distribuição e alocação de cargos de poder no Executivo, inclusive no aparato de segurança, e aí fechou.

Então, como é que vocês 3 veem isso. Em que medida estamos a esta altura nessa situação?



Há outras questões que eu gostaria de colocar. O Luís Eduardo falou de uma pesquisa que diz que os policiais são muito mais dispostos e pró-ativos a mudanças do que nós imaginávamos ou o que diziam as corporações. O problema é o seguinte: o aparato corporativo também pensa assim? Esclarecendo, pode ser que o policial que agora você investigou, seja pró mudança, mas o aparato, ou seja, a associação de policiais, a associação de coronéis, etc etc, pensa assim também?

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Acho que a maioria pensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Essa é uma questão que eu queria ver esclarecida porque, se os policiais são mais pró-ativos ou aceitam mais a mudança e o que a gente ouve dos mediadores, no caso, o aparato corporativo, é o contrário, eu tenho uma contradição entre base da corporação e corporação, e se alguém tem alguma coisa a dizer a esse respeito.

Uma questão a respeito da brutalidade do policial do Rio de Janeiro e que nos diferencia de outros Estados. Poderia tocar um pouco mais na especificidade disso?

E aqui uma pergunta que me veio a cabeça, que é a seguinte: no Rio de Janeiro temos um Estado agônico, *vis-à-vis* o crime, cercado, cerceado pelo crime, ou um Estado simbiótico com o crime ou as duas coisas? Por que hoje vivemos... Porque o sentimento vindo de vocês, como ouvindo ontem também quem falou aqui, é que você encontra os 2. O Estado, de um lado, não consegue exercer as suas prerrogativas, inclusive, o básico, que é o Estado Democrático de Direito, mas um Estado que também tem uma simbiose. E aqui uma pergunta, para mim, pelo menos, muitíssimo importante, que, aliás, dirijo ao Gabeira, que também é da área. Então, convido-o também a responder sobre isso — o papel da mídia aqui, no Rio de Janeiro. Porque a mídia, parece-me, que define determinados campos simbólicos e determinadas pressões, determinados tipos de cobrança. Ontem, ouvimos da cúpula que há uma pressão pelo “curto prazismo”, há uma pressão midiática intensa no sentido de determinado tipo de resposta, e esse tipo de resposta implica determinado perfil de polícia, implica determinado tipo de comportamento.

Então, qual é o papel que joga a mídia aqui? É um papel conservador, é um papel que desalinha, por exemplo, dentro da formação de políticas públicas ou o quê? Porque eu, quando abro o jornal do Rio de Janeiro, para mim, é absolutamente claro: a mídia está querendo... Eu nunca me esqueço de uma capa da revista *Época*



em que aparecia... Como era o nome daquele policial... fumando um charuto, atrás dele tinha um rastro de cadáveres, aquela ocupação do Morro do Alemão? E uma frase alusiva dizendo: “*Bom, isso aí, é por aí e tal*”. Então, parecia, a impressão que a mim deu era aqueles pára-quedistas ou *mariners* americanos entrando no Iraque, porque a figura era a de um *mariner*, e fazendo uma guerra e um rastro de cadáveres atrás. Então, essa imagem simbólica, a mídia, qual o papel que ela joga aqui na formação desses papéis, desse perfil, enfim, desse simbolismo?

Enfim, para concluir, eu colocaria o seguinte: qual a posição de vocês com relação à utilização das Forças Armadas no combate ao crime? Há uma polêmica, mas eu queria também ouvi-los rapidamente a esse respeito.

E ontem eu estava conversando à noite com o Sérgio Abranches e ele me disse que tem uma tese que foi muito rejeitada pela Esquerda quando ele a levantou, no sentido de que a urbanização de favelas na verdade “empodera” o crime e que ele acha — eu posso estar mal traduzindo, está certo, o que ele me falou —, parte do princípio do seguinte: que quando você leva PAC para morro, quando você faz isso, aquilo e aquilo outro, na verdade aquilo é apropriado pelo crime, digamos assim, metabolizado pelo crime, e que na verdade a principal tarefa do Estado, está certo, sem negar a necessidade da infraestrutura, seria sobretudo a erradicação do crime, que teria o controle sobre territórios. É isso.

À vontade. Alba, você, pela ordem.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Nós vamos escrever vários livros para responder a essas perguntas. Eu proponho que ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Deixe eu lhe dizer. Liberem-se para responder o que vocês consideram... há um problema de tempo; fiquem à vontade.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Eu proponho que a gente faça um pouquinho de divisão de tarefas. Eu vou tentar responder a algumas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Fique à vontade, selecione.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Em primeiro lugar, o Rio de Janeiro está longe de ser e nunca foi a cidade mais violenta do Brasil. A região metropolitana de



Brasília é muito mais violenta do que o Rio e é uma das áreas urbanas mais violentas do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Desculpe. Onde?

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Região metropolitana de Brasília.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Já fizemos uma Comissão lá.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Recife, Vitória. Enfim, isso foi uma coisa construída porque fazia parte do desmantelamento da imagem do Rio de Janeiro como capital, coração, etc., do Brasil. Isso aí só entre parênteses, mas acho que é importante, porque me lembro de uma viagem que fiz a Chicago, que muito me impressionou. Chicago também sempre representou, imaginariamente, a cidade mais violenta ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Do Al Capone.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - ... mais corrupta, mais isso, mais aquilo, e fiz no século XXI, eu fiz uma viagem lá, foi em 2001, 2002, e me impressionei com duas coisas: uma, primeira pergunta que eu fiz ao policial que eu estava entrevistando, ele me respondeu o seguinte ... eu perguntei: *“Como é que vocês conseguiram melhorar tanto as taxas de criminalidade?”* E ele me respondeu o seguinte: *“Nós deixamos de ser caçadores, desistimos de caçar bandidos e nos juntamos, fizemos ...”*. Enfim, eles reorganizaram toda a força policial para fazer da investigação do crime organizado a sua meta principal.

A segunda coisa é que, pela conversa, e não foi uma resposta direta, o que ele me revelou foi que era importantíssimo pelo menos ferir, porque eles não acabaram com isso, mas pelo menos ferir a conexão entre a corrupção política e a corrupção policial, porque as duas vão juntas. E você tocou num ponto fundamental que é justamente esse. E eu acho que o que alimenta a milícia é isso, é que vem da corrupção policial e também da corrupção político eleitoral. Esse nó nós temos que desmantelar, e não é só no Rio de Janeiro, a gente sabe muito bem disso; esse é um problema nacional, que está presente em todas as regiões do Brasil, em todas as cidades brasileiras. Mas nós temos uma ainda uma questão importantíssima, que é a seguinte: é que nós chegamos a taxas de criminalidade tão altas... não tem mais vazão, não dá mais vazão.



Então, temos que pensar com urgência em como aliviar esse trabalho policial e a única maneira que nós temos, quer dizer, isso é justamente pensar muito mais na prevenção, porque, devido justamente à fraqueza institucional apontada pelo Rangel e pelo Luís Eduardo, principalmente pelo Luís Eduardo, as nossas polícias não têm estrutura para enfrentar essas altíssimas taxas de criminalidade. Então, eu sugeriria que, ao se pensarem as soluções, em hierarquizar as prioridades, uma delas seria juntar, no âmbito dos municípios, 4 áreas que considero fundamentais: saúde, educação, segurança pública e urbanismo. A gente pode, sim, diminuir a densidade demográfica, não das cidades brasileiras, porque isso é um processo irreversível, mas diminuir a densidade demográfica de algumas áreas dentro das cidades brasileiras, como o que está acontecendo, por exemplo, nos subúrbios cariocas e principalmente nas favelas dos subúrbios cariocas; a densidade demográfica está altíssima.

E aí entramos numa grande questão. O Sérgio Abranches entendeu mal. Eu estou começando a dizer a todo mundo que eu não acho mais que favela seja a solução; isso é um discurso da década de 60, um discurso da década de 70, mas hoje estou convencida de que o grande problema é a favela. Por quê? Não é que sejam os favelados; nas favelas são 99% trabalhadores, gente muito séria e tal, mas a fragilidade que eles têm diante da sua moradia, do local onde moram, é muito grande, e é isso que permite que as milícias e os traficantes tomem conta, tomem conta com a facilidade que tomaram, e dominem, não só dominem territorialmente, militarmente, como façam todos os tipos de negócio que eles fazem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Que fragilidade de moradia? Do terreno?

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Do terreno, da propriedade do terreno. Então, o que a gente tem que fazer é regularizar essas áreas; não é só urbanizar, é principalmente regularizar essas áreas. Regularizar onde pode ser regularizado; onde não pode ser regularizado, encontrar outra solução, fazer prédios, encontrar outras áreas que possam ser regularizadas, para que as pessoas construam suas casas, etc. Aí, eu deixo para os urbanistas pensarem nisso, mas é fundamental que a gente pare de dizer que a favela é a solução e que está tudo muito bem; muito



obrigado, que não está. E eu sou uma defensora, sempre fui uma defensora de favela e de favelado.

E a outra coisa é que obviamente nós temos que concentrar, sim, a atenção nos jovens, começando com as crianças, nas escolas, nas associações vicinais, que são muitas, que estão trabalhando em muitos projetos. Temos aqui no Rio de Janeiro as escolas de samba, os blocos de carnaval, quase todas as escolas de samba hoje têm projetos para crianças e jovens e, no entanto, sabe-se pouco, recebem pouca ajuda; não estou falando só de verba, não; estou falando de orientação mesmo, de apoio logístico, etc., para implementar essa civilização ou impedir esse retrocesso da civilização que nós sofremos com o aparecimento daquilo que a gente chama hipermasculinidade e o *ethos* guerreiro.

O que é isso? Isso é justamente ... em vez de aprender as regras da civilidade e da cidadania, o jovem acha que, para se afirmar como homem, ele tem que destruir o inimigo, na base da força bruta. Eu ia dizer outra coisa (*risos*); ainda bem que eu me interrompi, e principalmente do uso da arma de fogo. Isso tem que ser feito imediatamente em todo o território nacional, usando todos os órgãos, todas as secretarias que possam ajudar nessa tarefa. Aí, sim, vamos começar a diminuir aquele trabalho policial que hoje está paralisado, porque não está dando mais vazão para segurar essa onda toda.

Com relação à descriminalização de uso do tráfico, defendo a descriminalização do uso, não é Gabeira, desde a década de 80. Fiquei muito mal vista e tal. Nunca fumei, nunca cheirei, mas fiquei mal vista. Não me importa. O que importa é que existem inúmeros estudos mostrando essa associação perversa entre a proibição e o aumento do crime organizado. No entanto, eu acho que o Brasil não pode ter uma decisão unilateral nesse sentido de descriminalizar o uso e o tráfico. Isso ia transformar o Brasil num inferno, num céu para os traficantes e num inferno para nós, porque ia ... isso aconteceu na Holanda, em vários ... então, nós temos que trabalhar — é como o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso está trabalhando, ele está trabalhando em nível internacional, ele está querendo mudar a cabeça das pessoas —, porque isso tem que ser uma decisão, no meu entender, internacional.



E o que mais? A milícia, eu realmente esqueci de dizer a vocês que a milícia hoje ela ganha muito mais dinheiro com os outros negócios que faz dentro da favela do que com os traficantes. Eles estão ficando milionários. E um desses negócios é justamente o negócio imobiliário dentro da favela. Para poder construir, eles vendem terrenos que não têm título de propriedade. Qualquer transação “de aluguel e de venda”, entre aspas, dentro das favelas controladas por milícias, têm uma comissão para os miliciados; uma comissão polpuda.

Então, é por isso que estou dizendo que nós temos que resolver um problema inicial que é esse da regularização fundiária nas favelas; é uma coisa complicadíssima, mas tem que ser enfrentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Mídia, Alba.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Ah, a mídia! A mídia, pois é... Grande parte desse problema do Rio de Janeiro é porque a *TV Globo* filma tudo, divulga tudo o que acontece aqui. Discordo um pouco do Sr. Luís Eduardo quando ele diz que só o que acontece no Alemão é que está visível. Não... Mostra-se, sim, e esquece-se por exemplo de contar tudo o que está sendo feito dentro das escolas de samba para diminuir a violência. Vejo mudanças. Não gosto de tratar a mídia de modo geral. A mídia também é altamente diferenciada, mesmo. Um canal só apresenta programas que têm efeitos muito diferenciados na população. Então, vejo com muito receio essa maneira de falar da mídia de modo generalizado ou culpar a mídia pelos problemas que enfrentamos. Ela pode ajudar muito mais? Pode, mas isso tudo depende também de acordos políticos, de negociações, *etc.*, e até mesmo de pressão.

Queria parabenizar o Deputado Biscaia, porque recebi pela Internet solicitação para exigir o cumprimento de uma lei que impede candidatos com ficha suja, *etc.*, a continuação dele. Imediatamente, escrevi, como me orientaram fazer, e recebi resposta do Deputado Biscaia me agradecendo por ter me inscrito nisso. Nós temos outros meios de pressionar tanto o Legislativo quanto aqueles agentes da mídia no sentido de cooperar, de colaborar para dismantelar esses nós que estão impedindo o avanço do Estado de Direito no Brasil. A questão é essa: o Estado de Direito. O que podemos fazer para estabelecer o Estado de Direito em todas as regiões neste nosso vasto País.



É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Alba. Houve transação clandestina entre o Luís Eduardo e o Antônio Rangel. Então, vamos inverter a ordem. Falará o Luís Eduardo.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Obrigado. Infelizmente, vou ter de sair, vou ter de ser bastante breve. Perdoem-me por isso. Mas já que a Alba mencionou a divergência em relação à mídia... Alba, o que quis dizer é o seguinte: (*Falha na gravação.*).

Um exemplo que acho eloquente, ainda que singular, é de uma senhora mineira dirigindo seu carro, ao lado do seu marido, com seus 2 filhos atrás, morreu com um tiro, com uma bala perdida, quando passava pela Linha Vermelha em frente à Maré. Foi uma tragédia terrível. Isso habitou, ou frequentou, as manchetes todas, durante alguns dias, com todas as razões do mundo, evidentemente. No mesmo episódio de conflagração, morreram 3 pessoas na Maré, vítimas de bala perdida, igualmente, senhores, senhoras, etc., Não houve nenhuma notícia a esse respeito, só uma notinha no final da primeira matéria, dentro do jornal. Jamais se deu a isso nenhum tipo de atenção, muito menos manchetes e muito menos tratamento na televisão.

Se a televisão acompanhasse, a mídia de maneira geral, mas particularmente a tevê, acompanhasse essa brutalidade policial que é campeã mundial, sobre a qual dei testemunho aqui, com todos aqueles números absolutamente surpreendentes, é evidente que o quadro teria mudado. Isso teria entrado na agenda, porque a tevê não é suficiente — antropólogos, sabemos disso — para moldar a cabeça de ninguém. Temos visão mais sofisticada e complexa, e também temos de evitar — a Alba tem toda a razão — qualquer generalização; as complexidades e as contradições são a marca. No entanto, a tevê — as pesquisas dizem isso — é capaz de atuar sobre a agenda, a formação da agenda, a incluir temas na agenda e a focalizar temas. Isso, sim. É claro que, nesse caso, no Rio de Janeiro, quando se adota nitidamente uma postura de apoio a uma suposta nova política, que de nova nada tem, de enfrentamento etc., a tendência é que se omitam as informações, pelo menos a humanização, que dramatiza os casos que não são adequados à legitimação dessa política.





Não estou fazendo uma leitura simplista, ou melhor, estou aqui fazendo uma apresentação muito sumária e caricata. É evidente que isso exigiria mais matizes, mas, infelizmente, acho que há diferença de tratamento, que depende muito da própria orientação editorial. Mas, enfim... As questões... Acho que o Gabeira trouxe um... O Deputado Raul Jungmann não estava presente quando o Gabeira trouxe um ponto, que é chave: o que fazer para romper esse ciclo vicioso, esse dilema sisífico, em que levamos a pedra e ela corre de volta? Ele apresenta, então, 2 ideias. Uma delas é uma ideia absolutamente crucial, e eu também tenho defendido isso ao longo de muitos anos.

Se não formos capazes de negociar uma ampla coalizão suprapartidária, para além de todas as outras divergências em torno de algumas questões-chave... Por exemplo, a proteção da vida, a defesa da vida. Para isso, vamos ter de operar em múltiplas áreas. Os tópicos são diversos, é evidente, inclusive mudanças institucionais, mas tendo como foco a defesa da vida, deixando de lado tudo o que nos separa. Tudo o que nos separa podemos deixar de lado. Temos a experiência nos gabinetes de gestão integrada de segurança pública. Sempre tive oportunidade de atuar desde que foram constituídos, e tivemos experiências muito interessantes, porque lá não há voto. Só se opera por consenso.

Então, é claro, o dissenso é suficiente para paralisar as decisões. Qualquer veto tem poder para isso. É verdade, mas há tanto a fazer com o consenso que podemos avançar muitíssimo no campo do entendimento, da negociação. Então, as armas nos dividem? Sim, claramente nos dividem. Bom, mas vamos deixar de lado as armas? Não, porque há leis que têm de ser cumpridas. O Rangel fez exposição notável aqui. Por quê? Não advogou mudanças na lei, mas a aplicação da lei, porque ela tem sido desrespeitada sistematicamente. Então, eu diria que já temos régua e compasso. Que regra e compasso? Constituição e leis vigentes. As leis são insuficientes, são impróprias, inadequadas...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - E a maioria da polícia. (*Risos.*)

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - E temos a maioria das polícias e dos profissionais de segurança pública, como essa pesquisa demonstra. As associações não, elas se dividem, muitas delas estão na contramão da opinião majoritária, mas é



importante divulgar o resultado da pesquisa, para as próprias associações perceberem que estão na contramão.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - As eleições mostraram...

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Mostram isso, mostram isso. O Deputado Gabeira foi amplamente vitorioso nas forças policiais.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Claro! A maioria esmagadora, eu diria.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Porque os policiais têm uma visão crítica reflexiva. Eles também têm a capacidade de posicionarem-se, é claro, e não são só corporativos, como nenhuma categoria é apenas corporativa. Eles são cidadãos também, estão vivendo a complexidade do seu tempo. Depende do contexto, é claro, depende da situação, mas se nós oferecermos boas oportunidades... Então, há muito espaço para a negociação. Eu deixaria de lado tudo o que nos divide, tudo o que nos separa. Não vamos convencer ninguém de nada, mas nós já temos, como todos disseram aqui, um diagnóstico consistente, sistemático. Já temos o elenco — e o Deputado Pimenta foi muito feliz, eu acho, no elenco de temas que nos apresentou. Há outros a agregar. Outros, eventualmente, poderiam assumir ali prioridades distintas, mas já temos entre nós o suficiente para avançar, dar alguns passos bem concretos. Isso implica colocar na agenda dos candidatos todos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Exatamente, esse é um ponto. Aqui, temos uma espécie de retrato dessa multiplicidade. Precisamos agregar mais e mais representantes de todas as posições políticas e reconhecer que, além das demagogias e visões circunstanciais eleitoreiras, há um compromisso com o Estado, com a Nação, que é um compromisso superior a governos. E partir para o que sempre defendemos. Então, há espaço para aliança. O que falta? Há outra referência que o Gabeira fez, que é interessante. Tenho escrito há alguns anos sobre isso é: educação, assistência e saúde *versus* segurança. Por que criamos o partido da saúde? Qual foi a história do partido da saúde? Uma história de muitas e muitas décadas. O Brasil, a sociedade brasileira, muitas e muitas décadas... A sociedade brasileira construiu um campo com vocabulário comum, com algumas



bandeiras, a universalização do serviço, a ideia da saúde como um bem público, um bem coletivo. Isso se deu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - E a contribuição, no Rio de Janeiro, para esse partido foi decisiva.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Foi decisiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Foi decisiva.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Temos aí o Sérgio Arouca...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O Sérgio Arouca.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - ... o Temporão, nós temos o Temporão, o Hésio Cordeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - ... os sanitaristas, a FIOCRUZ.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - A FIOCRUZ.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Se tu fala para alguém da saúde, em qualquer lugar do Brasil, em rever alguma coisa, você tem militantes desse partido aí que reagem e...

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - E tem alguns compromissos, e alguns compromissos consolidados. Então, eu costumo dizer o seguinte: se nosso campo padece de um problema...

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - E uma coisa importante: ele é apartidário.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Apartidário. Nós temos um problema muito grave no nosso campo, que eu chamo, que é uma espécie de dilema babélico. Nós não temos, não é consenso... Não ter consenso não é o problema. Nós não chegamos a constituir os elementos mínimos para trabalhar o consenso, porque nós não fomos capazes de nos colocar de acordo sobre o que divergimos, sobre aquilo de que divergimos ou, então, de que divergimos. Não há consenso sobre o dissenso. Então, nós não conseguimos avançar, porque nós não chegamos a sequer definir quais são os problemas de divergência. Falamos muito, aparentemente concordamos e, às vezes, discordamos também. Aparentemente, no fundo, concordamos. E há uma dificuldade grande em precisar quais são os pontos de dissenso. E, se nós identificarmos os pontos de dissenso, deixaríamos de lado, provisoriamente, os pontos de dissenso, avançaríamos no que é consenso para



construir o primeiro passo numa direção de um plano nacional que fosse, que tivesse autoridade política e que pudesse, realmente, avançar.

E há algumas questões. Nós estamos de acordo não só com o diagnóstico, mas essa pesquisa sobre opinião policial mostra que, mesmo em relação a prospecções e a propostas que são inovadoras e que têm emergido nos últimos 10 anos, há muitas questões que já são bastante consolidadas e que obtêm a ampla maioria entre os profissionais de segurança pública e que não são dadas no senso comum. A mídia não fala delas. São questões que aparecem como sendo perfunctórias ou técnicas, mas que são decisivas. Então, eu acho que a CPI poderia ser uma espécie de um núcleo, de um núcleo que gestaria essa unidade, esse trabalho, que superaria, inclusive, a sua missão específica e concederia à CPI um papel político extraordinariamente importante. Então, isso é decisivo. Um ponto agora rapidamente...

O Deputado Francisco Tenório menciona o seguinte: deixamos as estatísticas para os estudiosos, pesquisadores e que eles façam o relatório. Há um mal-entendido grave, certamente deficiência da minha exposição. O que eu quero dizer é que não há gestão nas polícias. Gestão racional o que significa? Possibilidade de se conhecer uma realidade, planejar alguma ação com base num diagnóstico e reconhecer erros e acertos básicos, para que não se repitam os erros e para que haja um monitoramento capaz de impor evolução ao processo, para que nós amadureçamos nesse processo. Sem esse regime de acompanhamento, de planejamento, nós não vamos a lugar nenhum. E, se nós perguntarmos hoje aos gestores no Brasil, nas áreas policiais, sobre avaliação, sobre uma gestão racional — com exceção de Minas, que tem discutido isso pelo menos nos últimos 8 anos, com exceção de Minas —, nós não vamos encontrar respaldo, receptividade. Os nossos interlocutores, gestores públicos vão dizer assim: Mas como avaliar? Temos o relatório, temos os dados de criminalidade. Não é isso.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - É, começou agora, tem razão, com o trabalho da equipe do Governador. Então, tem avançado bastante, mas ainda não conseguiram implantar. Nós precisamos, primeiro, entender que... E não é incompetência de ninguém. É que não há os mecanismos. Aí pode haver a adoção



de informações para várias finalidades, elas podem ser até distribuídas, universalizadas democraticamente etc. etc., mas elas são, sobretudo, cruciais para o próprio trabalho da polícia.

Agora, imagina um gestor da polícia que não sabe qual é a taxa de esclarecimento da sua unidade policial. Como é que ele pode avaliar o que está avançando, o que não está e por que etc.? Então, nós não dispomos de gestão. E como é que essa máquina funciona? Inercialmente, repetindo rotinas e reativamente. Qual é o problema? A mídia focaliza, o Governador e a política focalizam, a agenda vai se compondo, e não há, de fato, proatividade, protagonismo dessas instituições. E, portanto, a política de segurança acaba sendo sempre o resultado de reações fragmentárias, dispersivas, inerciais. Então, esse é um ponto.

Por que também nós não conseguimos nunca avançar? Há um problema no Brasil, que deve ser objeto do trabalho de vocês, da reflexão de vocês, que é a contradição entre o ciclo eleitoral e o tempo de maturação de políticas públicas de fundo, substantivas, que envolvem reforma. Por quê? O início de qualquer política que exija tempo de maturação mais longo envolve resistências e dificuldades em geral, queda até de rendimentos de instituições quando elas estão sendo redesenhadas. É um processo natural. E os resultados, os frutos se dão 5, 6 anos depois. Os Governadores começam entusiasmados — é o que eu chamo de voluntarismo espasmódico —, com alguns planos interessantes, pelo menos depois de 1998, 1999 para cá.

No segundo ano é que se deparam com as eleições municipais e percebem que têm que redesenhar o quadro político das alianças. Eles têm que ser atores decisivos nessa eleição, e aí fazem todas as concessões do mundo, até porque percebem que estão se tornando vulneráveis a críticas por parte da Oposição, sempre demagógica. A Oposição adora criticar, não tem nenhum compromisso com nada que se construa. Então, eles ficam vulneráveis porque estão fazendo uma mudança importante, cujos resultados não se veem, e acabam cedendo e recuando. Então, o segundo ano, sistematicamente, onde há inícios promissores, costuma ser marcado — vamos ver casos isolados, como está Pernambuco, e vamos acompanhar como isso está acontecendo —, mas costuma haver refluxo.



Inclusive, em Minas, a gente observa reflexos, ainda que não suficientemente negativos, para destruir inteiramente o trabalho inicial. Mas é assim: o primeiro ano e o terceiro, o segundo e o quarto, o primeiro e o terceiro, o segundo e o quarto. E, se houvesse uma política de Estado... E, havendo algumas políticas de Estado, se a sociedade participa acompanhando e cobrando e se as metas passam a ser agora, como nas Olimpíadas... Por que não tornar exatamente esse clima e essa motivação e esse tipo de visão finalística numa orientação geral? Nós temos uma meta, podia não existir Olimpíada. Nós tínhamos que ter uma meta com algumas realizações, não são muitas, algumas, que são decisivas. Quais são? Segurança entre elas. E o que é, na segurança, a defesa da vida? E que reformas? O salário, isso ou aquilo, mudando estruturas? De quem nós precisamos para fazer, de quanto? E a sociedade acompanhando, com um grupo que não seja representativo apenas do Estado, mas também da sociedade, com autonomia para avaliar isso. E aí as políticas têm que ser levadas adiante. E é como se a gente tivesse substituindo a coalizão de que fala o Gabeira, a coalizão agora garante a emergência do problema e inclusão na pauta.

Para que as políticas depois se afirmem, resistindo à oposição que eventualmente seja predatória e oportunista, a gente tem o apoio da sociedade, através de um conselho de política etc., que acompanharia, por exemplo, a implantação da mudança da segurança no Brasil e nos Estados, com alguns elementos básicos. Assim como no celular a gente tem de ter dados, a gente também tem que ter a ouvidoria na ponta do dedo. Eu preciso ter a ouvidoria independente, autônoma, com mandato, que possa ter capacidade de investigação. E eu posso me comunicar com ela, como cidadão, até para o bem, até para elogiar também a polícia.

E, concluindo, eu acho que as questões todas já foram... As mais importantes já foram tocadas. Sim, a última: a droga. Eu sou também defensor — e mais radical do que a Alba nessa matéria —, defensor da descriminalização das drogas, por 2 razões. E eu acho que toda a reflexão sobre a inserção do Brasil no mundo e a questão internacional é muito importante, é muito pertinente. Eu tenho uma discussão sobre isso com o Ministro Tarso Genro há muitos anos. Eu acho que muita gente muito boa, muito bem intencionada pensa isso, e com razão. É uma



questão de responsabilidade, mas é também uma forma de nós não avançarmos, porque, se nós ficarmos dependendo do mundo para dar um passo, olha, é igual a revolução: vamos fazer a revolução para melhorar a segurança, porque vamos reduzir a violência.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Posso dar uma sugestãozinha só para...

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Sim, claro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Eu não vou falar mais. Tudo o que foi dito aí é importantíssimo, sobre a coalizão e a necessidade do consenso.

No caso da droga, nós podemos chegar a um consenso. Nós temos quem é a favor da descriminalização, quem é a favor de um processo de repressão. Mas ambos dependem de uma reforma da polícia. Se não houver uma polícia razoável, você não consegue nem liberar, nem reprimir. Essa é a verdade.

Então, mesmo no caso do aborto, há quem é a favor do aborto e quem é contra o aborto. Mas ambos poderiam achar um consenso... *(falha na gravação)* ... formação das adolescentes, não é?

Então, se a gente procurar esse caminho na segurança, a gente pode obter a coalizão e o consenso, tendo nele todo mundo que está com posições diferentes. Vamos jogar para frente.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Posso fazer um aparte? O que a gente não pode esquecer é que o Brasil avançou muito em relação à descriminalização do uso... Não descriminalizou, mas hoje é muito mais...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Despenalizou.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Despenalizou, pois é. E está havendo uma coisa interessante, que são os juízes que estão julgando jovens usuários. Eles se comunicam entre si. E não apenas isso: eles também pedem aos usuários que digam qual é a pena que eles merecem ter. Eu acho tudo isso muito interessante, porque é desses rituais que pode vir um avanço em termos de consciência moral, de civilidade, de cidadania, enfim.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Sem deixar de reconhecer a razão do que a Alba acaba de dizer, chamo a atenção para o seguinte: essa legislação que foi implementada em 2005, que tem sido celebrada como um avanço, me parece um



retrocesso, na prática. Não na intenção, na prática. Por quê? Os juízes — e podemos convocar juízes e ouvi-los, que é o que tenho feito —, os juízes estão fazendo o seguinte: eles têm liberdade para interpretar, eles têm liberdade para avaliar o significado de uma certa quantidade apreendida. Quando do sujeito é — vocês vão dizer que sou dinossáurico, mas infelizmente é a realidade —, quando o sujeito é negro e pobre, a mesma quantidade significa tráfico. Quando o sujeito é branco, de classe média, significa o seguinte: ele quis se proteger e ir poucas vezes ao morro comprar mais drogas, para fazer uma provisão, para se precaver contra a necessidade de contato com o traficante. Então, você tem a mesma quantidade interpretada de uma maneira ou de outra.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Mas aí a culpa não é da lei, doutor.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Não. É porque você atribui ao juiz essa flexibilidade.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Mas a lei antiga já tinha esse elemento da subjetividade. Pesquisamos muito isso, trabalhamos, inclusive... O Deputado Gabeira... Sempre, em qualquer lugar, existe um elemento de subjetividade de quem aplica a lei.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Então me permita, porque inclusive...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Inclusive a lei cria uma série de atenuantes, para evitar isso.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Sim, mas acho que a lei é perversa porque distingue traficante e usuário. Acho que é uma grande perversão nossa essa distinção. É uma grande questão, porque se tem o rapaz de 15 anos que vende e o outro de 15 anos que compra. Um deles é um traficante, vai ser classificado como criminoso perigoso, capitulado lá, em crime hediondo, se ele se meter em alguma história. O outro é um consumidor coitado, viciado, problemático. Acho que essa distinção, quando generalizada, quando projetada sobre o mundo como nós fazemos, acho extremamente perversa, eu acho extremamente perversa. Estou simplesmente enunciando a minha posição. Acho que essa...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Esse debate é bom.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Essa proibição... Vamos tomar o caso da maconha, que me parece que é um equívoco em 2 sentidos: no sentido pragmático





e no sentido, digamos, filosófico, para usar a expressão de uma forma vaga. Pragmático, porque não há polícia do mundo que possa controlar o consumo tal como ele se dá no varejo. É impraticável. As melhores polícias do mundo e os maiores investimentos não foram capazes de fazê-lo e não serão. Aliás, os Estados Unidos demonstraram, com a queda do muro, que, quando há demanda, consumo e um mercado ágil, até as estruturas mais rígidas entram em colapso. Então, existe de fato a possibilidade de que o consumo se dê. Nenhuma polícia vai segurar isso.

Então, a realidade para mim não é “vamos ou não autorizar o acesso a”, porque, na prática, “o acesso a” se dá, é uma realidade constatada em qualquer grande cidade do mundo, do mundo pelo menos não dinâmico. Temos, em todo o mundo, o acesso, nas cidades, às drogas, particularmente às drogas mais leves. Essa é uma realidade.

Então, a pergunta para mim não é “vamos ou não autorizar”. É uma falsa questão, ela já se dá. A pergunta é em que ambiente institucional vai se dar o que efetivamente se dá, vão acontecer o acesso e o consumo. Eu acho que o ambiente institucional que é o nosso não ajuda, não tem ajudado em nenhum sentido enquanto qualquer ambiente alternativo pode ser melhor. Duvido que a gente consiga fazer com que a situação atual seja mais negativa.

Hoje estamos criminalizando a pobreza, pelo tipo de juízo predominante, em função da flexibilidade da lei, independente de se está certo ou não — que é a 2005 ou foi a anterior. Esse disco já foi mostrado. Ótimo, maravilha, já foi demonstrado. Mas o fato é que existe isto: a criminalização da pobreza. Não estamos conseguindo controlar esse consumo, porque ele é incontrolável, e não estamos oferecendo condições adequadas para criar uma ambiência de informação, para que o consumidor possa se precaver, para que possamos ajudá-lo na área da saúde, da educação, da cultura etc. E, do ponto de vista filosófico, eu pessoalmente sou contrário ideologicamente, filosoficamente a que o Estado diga a qualquer cidadão livre que, na sua vida privada, ele pode consumir sal, café, nicotina ou maconha. Parece-me completamente obtuso, inteiramente ultrapassado que continuemos a discutir isso nessa altura do campeonato, quando as drogas começam a ser passíveis de serem passadas no *download*.



**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Dr. Luís Eduardo Soares, vamos fazer um debate em São Paulo, na visita da CPI, e convidamos o ex-Presidente Fernando Henrique. Pretendemos ter um momento específico. Seria muito importante inclusive, vou convidá-los, no momento oportuno. Será uma bela oportunidade de fazer essa discussão no âmbito do trabalho que estamos desenvolvendo.

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Mas, em nome do consenso, eu cedo.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - É isso aí. O consenso é fundamental.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - É claro.

Sr. Luís Eduardo Soares, muitíssimo grato...

**O SR. LUÍS EDUARDO SOARES** - Obrigado. Vou ter que sair.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - ... pela sua contribuição. Sucesso na sua travessia nesse trânsito, que deve estar bem tranquilo com essa chuva.

Passamos a palavra ao último dos nossos convidados, o Prof. Antônio Rangel.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Eu vou ser brevíssimo não só pelo adiantado da hora, mas porque quase tudo já foi dito aqui. Apenas uma sugestão: no Brasil, nós avançamos muito na percepção dos problemas de segurança quando passamos a comparar a questão da segurança com as políticas de saúde pública. Na saúde pública, nós resgatamos toda a visão de prevenção que a segurança pública não dá. No movimento, digamos assim, internacional de controle de armas, há toda uma nova proposta para que se relacione segurança pública com desenvolvimento. Os países que capitaneiam isso são: Inglaterra, Suíça, Noruega e Canadá. Por exemplo, na busca de recursos para os nossos trabalhos, eu estive há uns 6 anos atrás na Suécia, tentando obter recursos dos suecos para os nossos trabalhos nas nossas pesquisas. E não foi possível porque a questão de segurança pública não estava... Enfim, os recursos para ajuda ao Terceiro Mundo estavam alocados na área de desenvolvimento, e não na de segurança pública. Por isso, nós não obtivemos recursos.



Compreendendo a imbricação entre segurança pública e desenvolvimento, primeiro, porque é real... O que o Rio perde com o problema da segurança... Você viaja muito também, Gabeira. É incrível como a gente encontra pessoas que dizem: “Como eu gostaria de conhecer o Rio de Janeiro, conhecer o Brasil, mas não vou lá porque eu morro de medo.” Essa é a imagem internacional do Rio. Então, o que se perde... E, evidentemente, não só porque é uma questão real, como é muito inteligente fazer esse tipo de associação, porque, obviamente, os governos tendem a ser muito mais sensíveis às questões de economia, de política econômica, de desenvolvimento do que às questões sociais. Então, há toda uma nova tendência trabalhando exatamente no relacionamento entre como as questões de segurança pública se relacionam como obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do País. O custo...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O Dr. Renato, do Anuário, disse-me que tem material muito interessante que foi produzido recentemente pelo IPEA sobre isso. Eu não li ainda. É sobre...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Disse que é muito interessante o estudo sobre o custo da violência no Brasil, uma coisa mais ou menos assim.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - É claro. Enfim, são enfoques que... Primeiro, porque são reais e, segundo, porque realmente valorizam a temática da segurança pública nas agendas dos governos e também dos organismos financiadores, porque não há boa segurança, obviamente, sem muito investimento. Na questão das drogas eu não vou entrar, já foi bastante... A questão da... O Gabeira fez uma observação interessante sobre a questão da participação popular na questão da segurança e como pontos sabidamente alvos de assaltos são ignorados. Há um programa de Internet que permite exatamente que as pessoas alimentem o mapa da cidade com informações sobre segurança, de maneira que você... A própria população faz isso. Você vê um crime, você assiste a um assalto que a polícia não sabe, mas você alimenta o mapa com esse tipo de informação. Então, é um grande aporte à própria segurança pública e é um material informativo



para a população. É um *software* que existe. Eu vi isso já alguns anos atrás. Tenho a impressão de que era um rapaz de Pernambuco. Outros países...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - É. Mas é algo que poderia se tornar, enfim, um incentivo, porque realmente é algo simples e de resultado muito interessante.

O Deputado Jungmann...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Permite-me, doutor?

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Hã?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Permite-me uma...

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Só para atrapalhar o seu raciocínio.

Chamou-me a atenção, na Colômbia, o trabalho do observatório, aquela experiência deles no observatório. Eu achei interessante um treinamento que eles fizeram, uma parceria que eles fizeram, que envolvia um motorista de táxi na cidade, e a forma como eles controlam a questão da segurança privada.

Então, por exemplo, o observatório público tem... No observatório, eu conseguia enxergar onde havia seguranças privados naquele determinado momento. Os seguranças privados... Então, se num determinado banco há 2 guardas naquele... do observatório, eu... Então, o Poder Público tinha o controle da movimentação e orientava a política de policiamento ostensivo, a partir dessas informações. Os taxistas e os seguranças privados passavam por determinados treinamentos e preparação para alimentar as informações do observatório.

Então, de certa forma, eles subordinam a questão da segurança privada como uma espécie de delegação, de controle do Estado. E isso orientava, inclusive, o policiamento ostensivo. Se eu sei que naquela quadra, neste horário, agora, eu tenho 2 caras na frente de cada banco, não há necessidade de a minha viatura...

Então, utilizavam-se dessa informação, e os seguranças privados tinham de prestar conta de maneira permanente e constante para o controle do Estado.

Eu achei muito interessante essa experiência deles lá.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Claro. O exemplo dá exatamente a ideia da complementariedade que deve haver. E no Brasil não há.



Eu vou tocar muito brevemente em 2 pontos. Praticamente não vou entrar... O Deputado Jungmann é esperto. Ele provoca, mas depois se retira, não é?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Ele está dando uma entrevista lá.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Então, há 2 temas muito complicados: o tema da mídia e o tema das Forças Armadas e a sua relação com a violência. Apenas eu vou mencionar como, com um rescaldo da ditadura que nós vivemos, cai-se muitas vezes no exagero. Então, a questão da nossa aversão à censura... E todos nós, realmente, temos ojeriza à censura. Mas cai-se no extremo oposto, que tem muito mais a ver não com liberdade de imprensa, mas com irresponsabilidade social. E responsabilidade social até mesmo os empresários têm pela Constituição. Qualquer instituição tem responsabilidade social. Então, alguns órgãos de imprensa... *(falha na gravação)* cultural de quem viveu 21 anos de “abaixo a censura”.

Então, sacralizou-se, como se a mídia não devesse ter parâmetro. Já há um certo consenso, até mesmo na imprensa do Rio, que é uma imprensa muito irresponsável. Por exemplo: enquanto a imprensa de São Paulo teve um certo pacto, durante muitos anos, para não dar determinadas notícias que alimentavam a criminalidade de São Paulo, praticamente noticiava mais crimes do Rio do que crimes de São Paulo, muitas vezes. Mas há um certo consenso, por exemplo, de que determinadas informações não se deva dar, porque facilita a criminalidade. Do tipo não nominar, por exemplo, o bandido, para que ele não se sinta um herói. Há uma série de procedimentos que certamente já entraram no jornalismo brasileiro, como a demonstrar... Não é informar tudo. Na vida, essa palavra “tudo” é muito perigosa. Tudo tem suas nuances. Então, se... Mas isso tem de ser mais discutido, mais cobrado da imprensa brasileira. Nós estamos numa espécie, ainda, de fase de licenciosidade, que pode tudo. E a imprensa, involuntariamente, acaba sendo um instrumento de reforço da criminalidade.

O exemplo que nós vivenciamos muito, inclusive na época do referendo das armas, é que, pelo fato de os canais de televisão focarem quase que exclusivamente nos embates entre o narcotráfico e a polícia, passou para o imaginário do brasileiro em geral que esse é o grande problema, que o grande problema é o fuzil, é a bazuca, é a granada, quando você não vai ser assaltado na Avenida Nossa Senhora



de Copacabana por um fuzil. Quer dizer, o problema que afeta o brasileiro, no Brasil inteiro, é a arma pequena, é o revólver, é a pistola que o bandido leva escondido. Não é o fuzil.

Então, a grande preocupação são os fuzis que chegam do exterior. Ora, 88% das armas apreendidas com bandidos nos Rio de Janeiro, que é onde está o narcotráfico, são pistolas e revólveres. Em Brasília é muito mais. Quer dizer, nos outros Estados é muito mais.

Então, é apenas para mostrar como a irresponsabilidade da mídia leva a que ela acabe, involuntariamente, colaborando.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Você me permite um aparte?

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Claro.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Eu discordo muito. Sempre tornei pública essa minha discordância em relação à pesquisa feita pelo ISEE, porque vocês basearam a pesquisa no depósito da polícia.

Ora, eu sei, pelo trabalho de campo que eu e a minha equipe desenvolvemos em várias favelas do Rio de Janeiro, que a maior parte das armas apreendidas, especialmente as mais valiosas, nunca chegam ao depósito, porque elas são tiradas da favela e vendidas em outra pelo policial.

Então, é um dado distorcido, que não pode ser tratado como se fosse a realidade da apreensão das armas. Existem armas que são apreendidas e que são vendidas ali adiante, em outra favela; às vezes, na favela inimiga. Enfim, há toda uma transação aí que não está nesse registro da polícia.

Eu não...

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Eu não vou entrar nisso. Quero apenas dizer que esse foco, depois do Rio...

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** - Eu não desprezaria a questão do fuzil. Só isso.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Só que nós, antes, examinamos o Rio. Ouviu, Alba? (*Pausa.*)

Bem, a pesquisa foi estendida a Brasília, foi estendida a São Paulo, e os dados confirmaram a mesma coisa. Quer dizer, apesar da concentração de armas



pesadas no Rio, evidentemente, isso é minoritário em relação ao armamento que o bandido brasileiro usa no dia a dia. Isso é que conta.

A questão das Forças Armadas... Nós somos de uma geração... Fomos vítimas de todo um sistema militar. E eu, até certo ponto, até um certo momento, via com muita aversão o envolvimento das Forças Armadas com a segurança pública. Eu acho que hoje essa deve ser uma questão em aberto, por várias razões. Primeiro, por uma experiência prática. Quando os fatos falam por si, realmente às favas com os dogmas, não é verdade? Segundo, é um luxo para países pobres ou para países que não são sociedade de abundância de recursos que as Forças Armadas consomem tantos recursos e que, não estando em guerra, contribuam tão pouco socialmente.

Quando o Governador Requião, no Paraná, envolve os militares para construir estrada por um preço muito mais barato, eu acho isso muito saudável, muito positivo. O importante é nós não confundirmos o papel das Forças Armadas com o papel da polícia. Há muito consenso por parte dos estudiosos. Temos de entender... Enfim, é o velho chavão: a formação do militar é para matar. É uma função muito específica. E a formação do policial é bem outra: é, de preferência, não matar. É o oposto, não é? Feita essa divisão de funções muito claras, há todo um patrimônio não só físico...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - No Haiti, não mataram quase ninguém.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Exatamente. V.Exa. não estava aqui. Eu expus um pouco o papel do Exército lá.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Exatamente. Na medida em que o Exército...

Em que o Exército pode ajudar? O Exército tem uma infraestrutura, é uma organização nacional na área de inteligência, na área de logística. O Exército, pelas suas funções...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Dr. Rangel, na Amazônia, de certa forma, o Exército faz esse trabalho social, de integração.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - É.



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Mas aqui também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Então, eles têm...

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Concordo com o seu raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Eu quis dizer isso, entendeu?

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - Eu passei 2 anos no Exército. E a coisa que eu mais fazia lá era jogar futebol. Essa é a verdade. Por quê? Porque as Forças Armadas que não estão em guerra, em grande parte, fora o treinamento, ficam ociosas, não é? Então, eu acho que é um luxo que nós não podemos nos dar. Isto é, ter as Forças Armadas querendo ajudar...

Agora, isso tudo, eu acho, tem de estar na agenda do debate. Eu acho que os exemplos concretos são fundamentais. Nós vimos o que é a chamada doutrina Geisel: as Forças Armadas não entram no combate às drogas, porque nós não queremos seguir o exemplo da Colômbia, do México, em que as Forças Armadas foram corrompidas pelo narcotráfico. Eu acho isso muito prudente. Isso nos ensina a experiência internacional. Agora, não é chegar e tirar da pauta de discussão, quer dizer, nós nos negamos a discutir como as Forças Armadas poderiam colaborar com a questão da segurança pública. Eu começaria até solicitando que ela cumpra a lei, por exemplo; que ela deixe de ser o poder que pretensamente controla as armas. Exatamente, ela controla muito mal, ou muito pouco mesmo, porque isso não é função de militar.

Sabemos que o comércio de armas no Brasil... que as milhares de lojas de venda de armas estariam legalmente sob o controle do Exército. Isso é função de militar? Controlar comércio de armas e munições num país gigantesco, como é o Brasil? Resultado: não controla. Esta é a verdade: não controla e não deixa que a polícia controle.

Na negociação para o Estatuto do Desarmamento foi quando mais as Forças Armadas brigaram. Falar "Forças Armadas" é até um exagero. Quer dizer, os representantes do departamento de fiscalização e *(ininteligível)* do Exército estavam lá uniformizados, apesar de funcionários públicos, fazendo lobby dentro do Congresso para impedir que o Exército deixasse de ser o controlador do comércio





de armas. É muito estranho, não é? Qual é o interesse tão grande do Exército em continuar o controle de lojas que ele simplesmente não controla?

Então, o meu ponto é apenas o seguinte: a questão da mídia, a questão das Forças Armadas tem de deixar de ser tabu. Nós temos de discutir, sim, a questão da responsabilidade social da mídia e acabar com esse tipo de veto à discussão, não é? Qualquer pessoa que levanta essa questão é logo acusada de querer restaurar a censura. Evidentemente, nós seremos os últimos, não é, Gabeira? V.Exa. que, além de exilado, foi também jornalista, duplamente sabe que somos inimigos mortais da censura. Agora, entre a censura e a irresponsabilidade da mídia, há um grande espaço de atuação. E com as Forças Armadas é a mesma coisa. Eu acho que tem de entrar na agenda de discussão. O exemplo do Haiti eu não vou repetir aqui, mas é um exemplo de como o Exército, sabendo fazer uso progressivo da força, trabalhando em parceria com a sociedade civil, em colaboração com a polícia, é uma força garantidora do controle territorial, que é algo em que, por exemplo, ele pode ajudar.

Por último, eu queria fazer uma sugestão à CPI. A questão da segurança pública, assim como o crime organizado, é uma questão internacional. Ninguém se salva sozinho. Quando a gente trabalha a questão das armas... As armas não conhecem fronteiras. Então, eu acho que é importante que a CPI tenha um olhar pelo menos regional da questão.

Nós, do Viva Rio, temos uma intensa relação com o nosso país vizinho, a Argentina. E a Argentina tem uma experiência na área de segurança pública muito interessante. O Viva Rio colaborou muito com o ex-Governo da província de Buenos Aires, uma província que tinha uma polícia extremamente corrupta, truculenta, em muitos aspectos, parecida com a polícia de alguns Estados brasileiros. Eles fizeram uma gestão muito interessante, quer do ponto de vista de limpeza da polícia — mais de 3 mil policiais foram afastados —, quer do ponto de vista de controle social sobre a polícia em Buenos Aires. Houve uma verdadeira revolução na segurança pública, na província de Buenos Aires, que, com a mudança de governo na província, foi para o ralo, isto é, reverteu.

Então, isso é uma preocupação muito grande que eu tenho. Quer dizer, foram mencionadas aqui mudanças que depois revertem. O Luís Eduardo Soares mostrou



todas as implicações político-eleitorais de mudanças. Toda mudança na área de segurança pública, por sofrer retaliação dos organismos que são prejudicados, dos próprios agentes, tende a ter, a curto prazo, muitas vezes, uma piora na situação. E lá foi diferente. Quer dizer, avançou-se muito, os resultados foram positivos, e o novo Governo simplesmente restaurou a velha ordem.

Então, eu queria sugerir que a CPI convidasse um chefe de polícia, cujo nome é Marcelo Saim, que é um dos especialistas na questão. É um argentino muito próximo aos brasileiros, porque é um sociólogo que se formou na UNICAMP. Ele reformou a polícia dos aeroportos da Argentina e ganhou tanto prestígio que, apesar de ter sido o responsável pela captura de malas cheias de dinheiro enviadas pelo Coronel Chávez ao Governo argentino, o Governo argentino não teve força para afastá-lo, dado o prestígio dele. Eu já conversei com ele. Ele está muito disposto a colaborar, porque é um estudioso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Vamos encaminhar o requerimento.

**O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA** - E não é só um estudioso externo. Como participou da reforma exitosa de um setor da polícia argentina, ele é muito conhecedor das dificuldades da mudança, das possibilidades também e das medidas necessárias para que não haja uma reversão.

Por último, existe hoje uma rede latino-americana de reforma de polícia que não une as corporações. É uma rede que envolve policiais comprometidos com a reforma de 10 países da América Latina. Essa rede foi iniciativa do Viva Rio.

Qual é a importância dessa rede? Ela está reunindo as experiências que estão dando certo na reforma da polícia em 10 países da América Latina. Isto é, uma das ideias-forças da questão da reforma da polícia é exatamente mostrar que é possível e que fazendo tal mudança os resultados são esses. Você convence muito mais com resultados concretos.

Eu sugiro que os senhores convoquem a Dra. Haydée Caruso, que foi a criadora dessa rede. Hoje ela é uma alta funcionária do Ministério da Justiça. Está em Brasília. E ela, recentemente, fez uma excelente exposição num seminário internacional, mostrando o que está dando certo na reforma da polícia na América Latina. Eu acho que nós temos muito a aprender nesse aspecto. São exemplos



fortes, que podem fundamentar propostas que geralmente enfrentam grandes resistências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Dr. Rangel. Eu quero, da mesma forma que contei com a sua colaboração, quando da elaboração do nosso relatório da CPI das Armas, dizer do nosso interesse e da disposição, em particular, da minha parte, de poder, também, contar com a sua colaboração, com o seu auxílio nesse desafio de produzir um bom relatório. Tenho certeza de que a experiência do Viva Rio é muito importante para nós.

Dessa forma, então, não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito e agradecendo, na sua pessoa, a presença da Dra. Alba e do Dr. Luís Eduardo Soares, eu declaro encerrada a presente reunião.